ISSN 2179-1368

Revista ’Todavia

Foto: Juliano Möller

UFRGS

Ano 3, nº 4, jul. 2012

Todavia

Revista semestral do Programa de Educação Tutorial - Ciências Sociais da UFRGS, destinada a incentivar a produção científica de graduandos em Ciências Sociais.
Ano 3, nº 4, jul. 2012, Porto Alegre. PET - Ciências Sociais UFRGS.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Reitor: Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor: Rui Vicente Oppermann
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Diretor: Soraya Maria Vargas Cortes
Vice-Diretor: Claudia Wasserman
Programa de Educação Tutorial - Ciências Sociais
Tutor: Caleb Faria Alves

Comitê Editorial

Alfredo Alejandro Gugliano
Aliziane Bandeira Kersting
Bianca Faller
Caleb Faria Alves
Mauro Roese

Comissão Editorial

Ana Julia Guilherme
Carolina Santos
Eduardo Hernandes Dutra
Mariana Lied
Guilherme Dal Sasso
Átila Viana
Iara Cunha Passos

Endereço: Av. Bento Gonçalves 9500, Campus do Vale, Agronomia - CEP 91509-900
Porto Alegre/RS
Prédio C2, sala 207 / Fone 51 3308 6630

Correio eletrônico: revistatodaviaufrgs@gmail.com
Eletronicamente disponível em http://www.ufrgs.br/revistatodavia
ISSN 2179-1368

Site desenvolvido por: Mariana Lied

Capa: Largo Glênio Peres, Porto Alegre, RS. Fotografia de Juliano Möller, graduando em Ciências Sociais, UFRGS.

Sumário

APRESENTAÇÃO
Eduardo Hernandes Dutra 5

ARTIGOS

JOVENS TRABALHADORES E CENÁRIOS DE EMPREGO EM ATIVIDADES INFORMACIONAIS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES
Régis Leonardo Gusmão Barcelos 7

MARCEL MAUSS: CONTRIBUIÇÕES E ATUALIDADE PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS
Leonardo Santos de Lima 26

O GOVERNO LULA E A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA: CONTINUIDADE OU RUPTURA?
Luis Guilherme Camfield Barbosa 34

RITUAL DE INICIAÇÃO NO CANDOMBLÉ DE *KETÚ*: UMA EXPERIÊNCIA ANTROPOLÓGICA
Caroline Gorski 52

RESENHA

UM DISCURSO SOBRE AS CIÊNCIAS

Luiz Felipe Soares e João Paulo de Azevedo Lima 65

Apresentação

Porque escrevemos artigos? Podemos pensar em algumas razões. Como um exercício de aprendizagem recorrentemente demandado como critério de avaliação em nossas disciplinas. Para sistematizar nossas leituras e aprendizagens dialogando com autores da nossa tradição cultural. Para desenvolver e divulgar nossas idéias e contribuições para um melhor entendimento das dinâmicas e relações sociais. É bem verdade que também escrevemos para cumprir critérios de produtividade, cada vez mais exigentes e consolidados, impostos pelos órgãos que gerenciam o ensino superior. São motivos que me vem em mente, contudo sem nenhuma pretensão de explicar, melhor do que todo que se pegue pensando no assunto, os motivos de se escrever um artigo.

Na Revista Todavia UFRGS você pode encontrar: o trabalho de graduandos que arriscam em seus primeiros textos apontar caminhos para uma melhor compreensão da sociedade. Trabalhos que merecem atenção. Se por um lado apresentam ainda inseguros traços que provém da inexperiência, por outro são livres, contém a criatividade que a ausência de um compromisso limitador permite e são espaços reservados à utopia, pois ainda não completamente submetidos à estrutura acadêmica.

Pode-se encontrar um espaço que serve como um meio de debate de idéias, como registro do pensamento de uma geração, de uma época. Pois, como apontam as palavras de Rodrigo Campelo, um dos criadores da revista: " Quem sabe não temos aqui os primeiros traços de grandes teorias e os primeiros trabalhos de grandes pensadores?" Quem sabe?

Nessa revista você pode encontrar o trabalho de bolsistas do grupo PET Ciências Sociais UFRGS. Que em meio a suas demandas acadêmicas e seus projetos pessoais procuram um tempo para manter essa revista. Que enfrentam suas dificuldades, sejam elas provenientes da estrutura acadêmica: como buscar legitimidade e conseguir pareceristas; sejam aquelas provenientes do crescimento pessoal: como fazer valer nossa autonomia e realizar aquilo que nos propomos. Mas sem dúvidas buscamos sua consolidação, pois acreditamos ser um espaço muito importante, por todos motivos citados acima e alguns mais. Sobretudo pela gratificação de proporcionar um espaço para publicação de trabalhos de colegas.

Após dois anos como membro desse grupo e da comissão editorial dessa

revista, uso este espaço para saudar e agradecer meus colegas pelo aprendizado e convívio. Talvez um dia consiga compreender as complexas transformações que resultam de relações tão significativas.

Apresento assim a 4ª edição da Revista Todavia UFRGS, que, assim como o grupo PET, é um espaço para o erro, a experimentação e o aprendizado.

Boa leitura.

Eduardo Hernandes Dutra

Porto Alegre, Julho 2012.

JOVENS TRABALHADORES E CENÁRIOS DE EMPREGO EM ATIVIDADES INFORMACIONAIS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES[1]

Régis Leonardo Gusmão Barcelos[2]

Resumo: O presente estudo analisa a inserção de jovens trabalhadores no setor de telecomunicações, no Rio Grande do Sul, destacando a influência do perfil sócio-ocupacional e da escolaridade sobre as condições de emprego, em atividades informacionais. Os dados provieram de bases estatísticas oficiais da (RAIS-CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (MTE). A partir dos resultados, demonstrou-se que tais atividades têm se caracterizado por oferecer oportunidades de inserção de jovens nas telecomunicações, porém essa inserção ocorre de duas formas: por um lado, os jovens apenas se inserem nessas atividades, por outro lado, alguns acabam profissionalizando-se. Essa diferenciação na inserção ocupacional ocorre devido não apenas à faixa etária, mas também devido à escolaridade. Os primeiros apresentam uma inserção menos sólida, embora não se possa dizer que tenham condições precárias de trabalho, enquanto que os segundos apresentam condições de emprego privilegiadas. Argumenta-se que existe a necessidade de diferenciação da categoria "jovem trabalhador" e que em atividades informacionais existe um cenário de emprego favorável para jovens, porém com capacitações exigidas pelo ramo produtivo.

Palavras-chaves: Telecomunicações, Emprego, Jovem trabalhador.

Introdução

[1] Este artigo trata-se do resultado de trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, defendido pelo autor em dezembro de 2009.

[2] Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou atividades como Bolsista IC-PIBIC/CNPq entre setembro de 2006 e dezembro de 2009. Durante esse período teve apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: rgbarcelos@gmail.com.

Esse texto trata especificamente do estudo sobre a inserção de jovens trabalhadores no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, no Rio Grande do Sul, destacando as características do perfil sócio-ocupacional e da escolaridade sobre as condições de emprego, em atividades informacionais. Diferentemente de grande parte da literatura (MARTINS, 1997; GUIMARÃES, 2006; ROCHA, 2008) que argumentam que os jovens estão entre os grupos mais suscetíveis às taxas de desemprego, aos menores rendimentos e a maior precarização nos empregos, argumenta-se que as telecomunicações configuram-se como um diferenciado cenário de emprego, sobretudo caracterizados por elevada participação de jovens, inseridos em condições sólidas de emprego, desde que apresentem algumas características sócio-ocupacionais compatíveis às exigências desses ramos produtivos.

Nesse estudo foi selecionado como novos cenários de emprego para jovens algumas atividades informacionais do setor de telecomunicações, tais como aquelas responsáveis pela operação de provedores de acesso à internet e rede de telecomunicações. Observou-se que tais segmentos têm oferecido oportunidades de inserção ocupacional de jovens, porém essa inserção ocorre de duas formas: por um lado, alguns jovens apenas se inserem nessas atividades, por outro lado, alguns acabam profissionalizando-se. Os diferentes tipos de inserção ocupacional não ocorreram devido apenas à faixa etária, mas, sobretudo, à escolaridade, especialmente quando adquirem formação superior. Ou seja, podem-se observar novos cenários de emprego para os jovens, sendo que uns caracterizam-se como *jovens inseridos* e outros como *jovens profissionalizados*. Os primeiros apresentaram uma inserção menos sólida, embora não se possa dizer que tenham condições precárias de trabalho, enquanto que os segundos apresentaram condições de emprego privilegiadas, praticamente semelhantes às condições de trabalhadores mais experientes.

Procedimentos metodológicos.

Nessa investigação foi selecionada como ‘‘atividades informacionais’’ aquelas que compreendem todas as ocupações relacionadas aos: (1) provedores de acesso às redes de comunicação, que possibilitam o acesso direto de usuários às informações

armazenadas em computadores, produzidas através de redes de telecomunicações, tais como os provedores de acesso à internet; (2) provedores de voz sobre e protocolo internet (VOIP), responsáveis pela transmissão de voz digital através de rede de internet; (3) serviços de rede especializado, para provimento de serviços de comunicações de voz, dados e imagens; (4) serviços de estabelecimento de redes de telecomunicações para grupos de pessoa jurídica com atividade específica; (5) atividades de instalação e manutenção das conexões de terminais telefônicos às redes de telecomunicações públicas em prédios residenciais, comerciais e industriais (6) atividades de serviços especiais oferecidos para atender necessidades de comunicação de interesse geral, não aberto à correspondência pública, tais como, atividades de uso de satélites para rastreamento, atividades de comunicações por telemetria e atividades de operação de estações de radar (MTE, 2009).

A escolha desse recorte deveu-se a duas razões. O primeiro motivo deveu-se ao fato das atividades listadas acima apresentar um conjunto das atividades de caráter essencialmente técnico e tecnológico das telecomunicações. O segundo motivo, baseou-se no fato de que as atividades informacionais selecionadas não compreendem todas as atividades no setor de telecomunicações como as relativas à telefonia fixa e telefonia móvel, as quais possuem maior diversidade de atividades ocupacionais, inclusive grande parte de atividades administrativas.

A categoria "Jovem trabalhador" adotada nesse estudo refere-se àquele empregado no grupo etário entre 18 a 29 anos de idade. Destaca-se que são jovens sob condições formais de trabalho e com capacitações especificas e afins a uma determinada atividade econômica. Esse critério de delimitação baseou-se na delimitação da UNESCO (2004), que concebe o "jovem" como o grupo populacional na faixa de 15 a 24 anos (UNESCO, 2004). Como os jovens tratados nessa pesquisa são aqueles inseridos em empregos com maiores exigências educacionais, em média com escolaridade de nível médio completo, justifica-se a escolha da ampliação da idade limite até 29 anos. Além desse primeiro critério de delimitação, a vantagem de estabelecer o recorte acima de 24 anos, deveu-se ao fato de quase 50% dos empregados do setor de telecomunicações possuírem menos de 30 anos de idade (MOCELIN, 2007).

A partir dos resultados foi estabelecida uma distinção importante entre dois grupos de jovens trabalhadores. Um primeiro grupo denominou-se *jovens inseridos* que constituem jovens entre 18 a 24 anos, com baixo grau de escolaridade, e sobre

condições de empregos mais desvantajosas. O segundo grupo foi denominado *Jovem profissionalizado*, que constituem aqueles empregados na faixa de 25 a 29 anos, com alto grau de instrução e condições de emprego mais vantajosas.

No que diz respeito às condições de emprego dos trabalhadores analisados foram determinados os indicadores relativos aos aspectos objetivos de sua relação com o trabalho, tais como as dimensões referentes aos rendimentos, ocupações e tempo de emprego.

No que concerne ao tratamento dos dados, estabeleceram-se cruzamentos entre as diferentes faixas etárias, estabelecendo o grau de instrução como variável independente e as condições de emprego tais como: rendimento, ocupação laboral e o tempo de emprego, como variáveis dependentes. A partir dos cruzamentos entre faixa etária e as demais variáveis foi analisado o comportamento das variáveis de acordo com os diferentes graus de instrução dos grupos etários e, principalmente, entre empregados jovens e não-jovens.

O recorte empírico restringiu-se às atividades denominadas como "Outras atividades em telecomunicações", de acordo com a classificação da (CONCLA), a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-CAGED, MTE), referente ao ano de 2007. Os dados estatísticos utilizados são referentes exclusivamente a esse segmento de atividades nas telecomunicações, no estado do Rio Grande do Sul.

Os dados utilizados provieram de fonte secundária fornecida pelas bases estatísticas oficiais da (RAIS-CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (MTE). Essas bases estatísticas fazem parte do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) programa desenvolvido pelo MTE. O PDET é um programa do Ministério do Trabalho e Emprego, que disponibiliza gratuitamente dados relativos às informações do mercado de trabalho formal no Brasil. Quanto à origem das informações, a base RAIS-CAGED constitui-se de um registro administrativo, de âmbito nacional e de caráter obrigatório para todos os estabelecimentos, inclusive aquele sem a ocorrência de vínculo empregatício no exercício, tendo tipo de declaração à denominação de Rais negativa.

Juventude e transformações nas relações de emprego.

Estudos têm evidenciado que os jovens estão entre as categorias populacionais com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho (MARTINS, 1997; GUIMARÃES, 2006; ROCHA, 2008). Os argumentos sugerem ser o contexto de emprego para os jovens inevitavelmente composto por indicadores desvantajosos e insuficientes para o estabelecimento de uma relação típica de emprego, visto que os jovens constituem o grupo mais suscetível ao desemprego, aos baixos rendimentos e a taxas superiores de rotatividade. A fragilização dos vínculos ocupacionais ocorreria em razão das condições dos jovens no mercado de trabalho, visto que ocupam empregos precários, com baixa remuneração, em ocupações mais simples, com alta rotatividade, e por inserirem-se em atividades informais. Diante disso, cria-se um cenário de emprego sombrio, caracterizado pela baixa perspectiva profissional para jovens no mercado de trabalho.

Para Martins (1997) entre os fatores causadores da situação precária dos jovens no mercado de trabalho destaca-se a diminuição das oportunidades de emprego, principalmente em decorrência da introdução de inovações tecnológicas e, com isso, a exigência de maiores experiências e capacitações profissionais. Em segundo lugar, entre os jovens existe maior mobilidade ocupacional, fato que expressa maior insegurança no emprego. A situação entre os jovens é caracterizada por uma série de condições que determinariam se seriam inseridos ou não no mercado de trabalho. Determinadas atividades exigem capacitações profissionais e assim os jovens passam a investir em formação, inserir-se em empregos temporários ou, caso contrário, ficam suscetíveis ao desemprego e a inatividade.

Semelhante perspectiva encontra-se também em estudo de Guimarães (2006). De acordo com Guimarães (2006), as questões discutidas sobre juventude e mercado de trabalho, enfatizam a idéia de que o ingresso de jovens é caracterizado pelo estabelecimento de vínculos ocupacionais frágeis e transitórios. Os jovens são os mais suscetíveis de estar em contato com os novos desafios e às novas exigências do mercado de trabalho, entre os grupos populacionais. Assim, os mercados urbanos de trabalho estão estruturados de forma a ameaçar os jovens com uma reprodução duradoura da instabilidade, concretizada através de empregos precários e pelas elevadas taxas de desemprego.

Nessa perspectiva de análise, Rocha (2008) trata as questões relacionadas às formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho. O primeiro aspecto salientado

pela autora refere-se à elevada taxa de desocupação laboral entre os indivíduos de 18 a 25 anos. Rocha (2008) analisa os aspectos que mais caracterizam a situação dos jovens no mercado de trabalho. Entre esses aspectos destacam-se como elementos intrínsecos aos jovens, baixa escolaridade, baixa condição social, expressa pelo nível baixo de rendimentos e a falta de experiências em empregos. Diante disso, os jovens trabalhadores acabam tornando-se o grupo mais suscetível ao desemprego e as condições precárias de trabalho tais como, inserção em ocupações temporárias, situação empregatícia suscetível de intercalação entre inatividade e desemprego; trajetórias ocupacionais não-lineares, entre outras condições de instabilidade laboral (ROCHA, 2008).

Entre os fatores determinantes das condições de emprego de jovens em comparação aos não-jovens destaca-se a experiência no emprego como o principal e mais importante. Para Rocha (2008), os jovens com maior experiência no emprego possuem maior retorno do que as compensações por meio do aumento da escolaridade.

Numa perspectiva distinta, existem orientações teóricas que não se restringem aos aspectos precarizantes em emprego para jovens, mas apresentam também aspectos favoráveis à inserção e integração laboral (DERMOTT E FENTON, 2008; CELLI E OBUCHI, 2002). Além do destaque para os aspectos relativos ao nível educacional e aos diferentes grupos ocupacionais dos jovens, salienta-se que não existem exclusivamente fatos que possam apresentar um cenário de incertezas e riscos à inserção dos jovens. O fato de ser "jovem" no mercado de trabalho não necessariamente caracteriza um aspecto que determina negativamente a inserção ocupacional e profissional.

Em pesquisa realizada sobre o mercado de trabalho na cidade de Bristol na Grã-Bretanha, Dermott e Fenton (2008) constatou-se que a alta freqüência de mudança de emprego não é uma característica distintiva da relação dos jovens com o mercado de trabalho. Partindo de estudos que destacam o prolongamento da transição do jovem para o mercado de trabalho e, principalmente, o crescimento do emprego precário para esse grupo específico, Dermott e Fenton (2008) investigaram a relação do jovem com aspectos característicos de percursos fragmentados de emprego.

Nesse estudo concluiu-se que a maior freqüência de mudança de emprego está entre os jovens com menores vantagens nos empregos, ou seja, jovens com baixa

escolaridade, inseridos numa sucessão de empregos de baixa remuneração. Logo, concluíram que a ausência de um padrão dominante de incertezas, insegurança e fragmentação no mercado de trabalho é evidente pelos resultados da pesquisa. Aspectos relacionados às características pessoais e profissionais dos jovens tais como, nível de qualificação, experiências em atividades laborais e a posição ocupacional definem as oportunidades de emprego e as condições no mercado de trabalho (FENTON e DERMOTT, 2008).

Não menos importantes são as investigações de pesquisadores como Celli e Obuchi (2002) sobre jovens e adultos no mercado de trabalho. Em estudo sobre jovens e mercado de trabalho, em 18 países da America Latina, Celli e Obuchi (2002) concluíram que a escolaridade formal possui maior efeito sobre o tipo de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Apesar do fator "experiência" influenciar as condições de emprego, é a escolaridade formal que determina as condições de inserção dos jovens nos empregos.

A perspectiva adotada nessa investigação aproxima-se da segunda abordagem sobre juventude e mercado de trabalho. O argumento defendido aqui é de que não existe padrão de empregos precários para jovens, de forma específica, apesar de existir efeitos desfavoráveis aos empregos na "nova economia" globalizada, para jovens marginalizados do processo econômico e social.

A perspectiva adotada nesse estudo supõe a diversidade de situações encontradas pelos jovens com relação à inserção no mercado de trabalho. As condições de emprego que os jovens estão inseridos nesse mercado de trabalho dependem das características dos jovens, tais como a escolaridade, bem como das atividades laboral em que estão inseridos, caracterizado pela exigência de conhecimentos tecnológicos e abstratos. Em cenários econômicos em que a qualificação dos profissionais torna-se uma das principais fontes da produtividade e competividade das empresas, os jovens assumem espaço importante no mercado de trabalho, visto que são os principais agentes do novo contexto de emprego. Assim, diante do crescimento dos níveis educacionais no Brasil, nas últimas décadas, e o conseqüente crescimento de maiores exigências por mão-de-obra qualificada, existem cenários de empregos favoráveis a inserção de jovens, visto que os mesmos possuem capacidades informacionais requisitadas pelo mercado de trabalho, principalmente, em setores caracterizados pelo uso intensivo de informação.

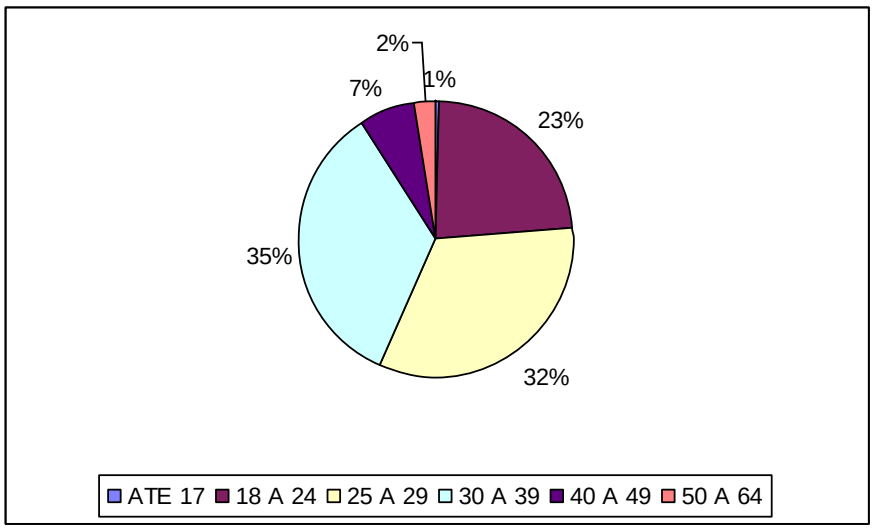
Logo, a escolaridade o tipo de atividade realizada e a dinâmica do contexto setorial são elementos incidentes sobre as condições de emprego para jovens.

Jovens nas telecomunicações: da inserção à profissionalização.

Nas atividades informacionais no setor de telecomunicações verificou-se que existem dois grupos de empregados que assumem as maiores parcelas dos postos de trabalho. Por um lado, os jovens profissionalizados, com aproximadamente 32% dos postos de emprego e, por outro lado, os trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos, chegando a ter participação semelhante, com 34% dos empregos.

Diante disso, percebeu-se que o perfil sócio-ocupacional é constituído predominantemente por jovens nessas ocupações laborais. De acordo com o gráfico 4, destacou-se a maior inserção de laboral de jovens profissionais nessas atividades laborais no setor de telecomunicações.

Gráfico 4 – Distribuição percentual dos empregados por faixa etária em atividades informacionais (Rio Grande do Sul, 2007)



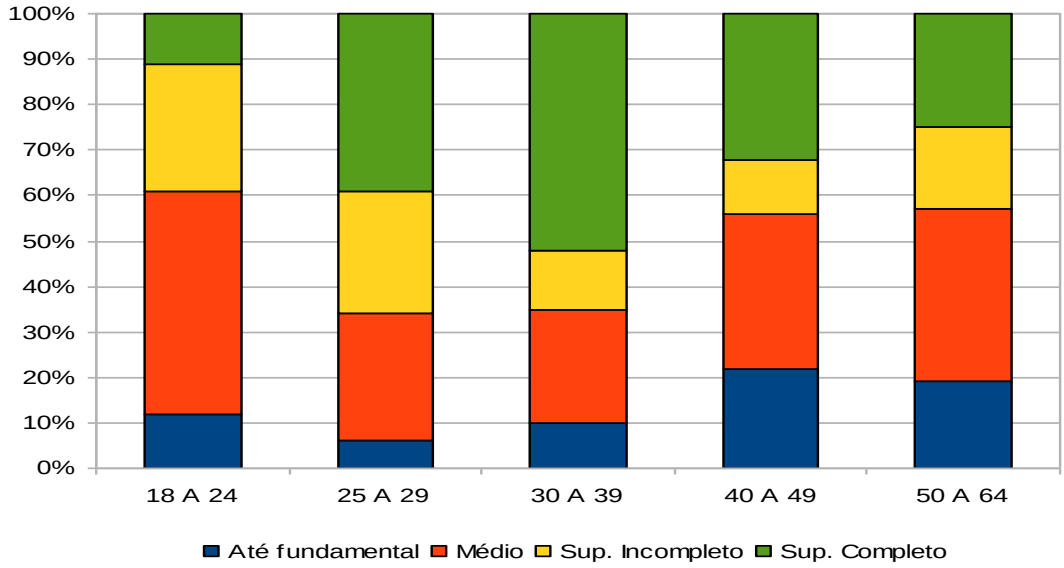
Fonte: RAIS-CAGED/TEM – 2007.

No Gráfico 5, verificou-se a distribuição da escolaridade dos trabalhadores por grupos etários. Com relação ao grau de instrução entre os grupos etários, identificou-se significativa diferença entre os dois grupos de jovens. Enquanto os *jovens inseridos* (18 a 24 anos) concentraram-se em grande parte no nível médio de escolaridade, com 49% , os *jovens profissionalizados* (25 a 29 anos) distribuiram-se entre 28% no nível médio e 27% em nível superior incompleto. Além disso, apenas 11% dos *jovens inseridos* possuem escolaridade superior completa, enquanto que entre os *jovens profissionalizados* a proporção é significativamente maior, chegando a 39% de jovens com escolaridade superior completa.

No que se refere aos níveis de escolaridade entre o grupo dos *jovens profissionalizados* e os *trabalhadores não-jovens* de 30 a 39 anos, destacam-se as seguintes constatações. Em primeiro lugar, a escolaridade entre essas duas categorias etárias acompanharam uma distribuição muito semelhante. Enquanto 28% dos jovens profissionalizados possuíam escolaridade de nível médio, 25% dos trabalhadores não-jovens encontram-se nesse mesmo nível. Porém, com relação à distribuição do nível superior incompleto entre as duas categorias perceberam-se diferenças. Entre os jovens profissionalizados, 27% deles possuem nível superior incompleto, enquanto entre os não-jovens apenas 13% estão incluídos nesse nível. Ou seja, quando se trata desse nível de escolaridade, a proporção de jovens é quase duas vezes maior do que a proporção de não-jovens.

A maior inserção de jovens profissionais altamente qualificados tende a expressar a emergência de um novo contexto de oportunidades de trabalho que implica nas condições de emprego da nova geração de trabalhadores. Possivelmente, a limitação dos resultados de alguns estudos sobre a juventude e mercado de trabalho deva-se a não percepção de novos tipos de inserção laboral e de novos perfis de jovens profissionais que tem forjado a emergência de uma nova classe de trabalhadores que não estão necessariamente sobre condições de precarização do emprego, visto que o conhecimento adquirido pela formação dos jovens passa a ser valorizado em atividades econômicas dinâmicas como nas telecomunicações.

Gráfico 5 – Distribuição da faixa etária de empregados nas atividades informacionais segundo o grau de escolaridade, 2007.



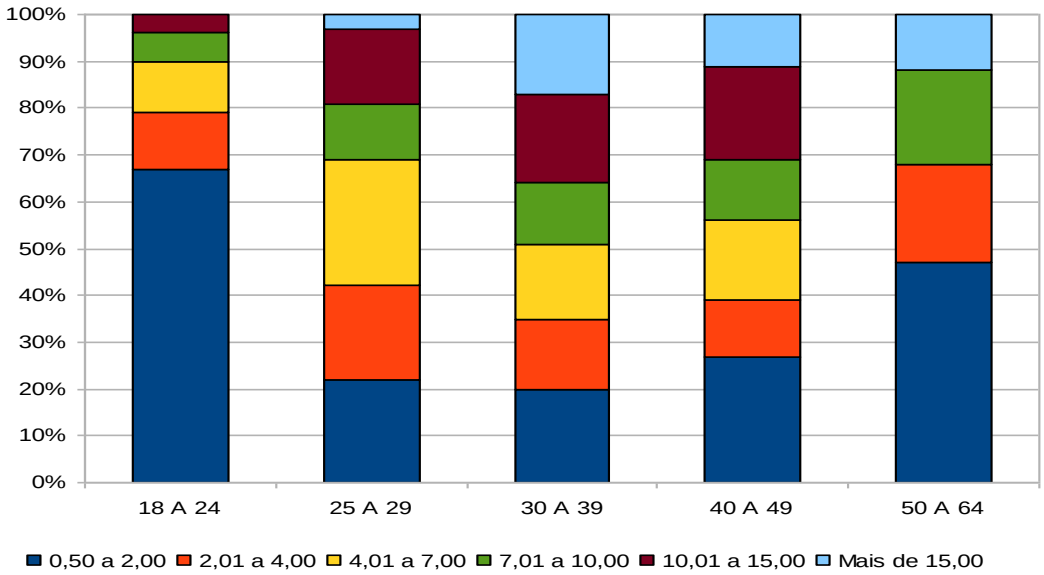
Fonte: RAIS-CAGED/MTE – 2007.

No que se refere aos rendimentos constatou-se os seguintes resultados. Entre os jovens inseridos predominou a faixa de remuneração de até 2 salários mínimos, com 67% dos jovens inseridos. Entre os jovens profissionalizados, verificou-se distribuição mais equilibrada com relação aos níveis das faixas de remuneração.

A distribuição dos níveis de remuneração entre os jovens profissionalizados foi a seguinte: 22% desses jovens possuíam remuneração abaixo de 2 salários mínimos; 20% encontraram-se na faixa de 2 a 4 salários; 27% desses jovens possuíam de 4 a 7 salários; 12% recebeiam de 7 a 10 salários mínimos; 16% possuiam remuneração de 10 a 15 salários mínimos e apenas 3% ficaram acima dessas faixas. Diante desses dados verificou-se que entre os dois grupos de jovens trabalhadores existem diferenças substantivas no que concerne aos níveis de remuneração. Esse aspecto é relativamente ilustrativo através da forma como são distribuídas as faixas de remuneração entre esses dois grupos de jovens.

Com relação aos rendimentos dos jovens profissionalizados, encontramos distribuição semelhante no grupo etário dos trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos. Observou-se que entre esses trabalhadores não-jovens a proporção de empregados é muito semelhante à proporção dos jovens trabalhadores profissionalizados nos menores rendimentos.

Gráfico 6 – Distribuição de faixa etária de empregados em atividades informacionais segundo a faixa de rendimento, em salários mínimos, 2007.



Fonte: RAIS-CAGED/MTE – 2007.

No que se refere aos grupos ocupacionais em que estão inseridos os empregados nas atividades informacionais, novamente, verificou-se a diferença entre os jovens inseridos e os jovens profissionalizados. Contudo, a partir da faixa dos 40 a 49 anos, o panorama mudou substancialmente.

Observou-se a maior participação de jovens profissionalizados ocupados nessas atividades nas ocupações que exigem elevado grau de capacitações informacionais. Enquanto 26% dos *jovens inseridos* estavam em ocupações que requerem maiores capacitações em conhecimentos tecnológicos (Profissionais das ciências e das artes[3]), 48% dos jovens profissionalizados estavam integrados nessas ocupações.

[3] Essa classificação ocupacional é preenchida por Engenheiros em computação; Administradores de redes e bancos de dados e; Analistas de sistemas computacionais. Esses três tipos de profissionais são encarregados da manutenção e desenvolvimento de sistemas em tecnologia da informação, no desenvolvimento e criação de banco de dados em sistemas computacionais e na administração e

Por outro lado, a proporção dos jovens inseridos foi aproximadamente duas vezes maior do que a proporção de jovens profissionalizados em atividades técnicas de nível médio[4]. Entre os jovens inseridos 26% ocupavam empregos em atividades técnicas de nível médio. Entre os jovens profissionalizados apenas 14% encontraram-se nesse nível ocupacional. Foi observado que os postos de emprego caracterizados por atividades mais complexas foram preenchidos na grande parte pelos jovens profissionalizados. Enquanto há maior participação dos jovens inseridos nas atividades de nível técnico médio, as atividades exercidas por profissionais mais especializados e com maior capacitação tecnológica foram ocupadas pelos jovens profissionalizados.

Os jovens inseridos não só estavam integrados em níveis menores na estrutura ocupacional, em comparação aos jovens profissionalizados, como também é destacável a diferença em comparação ao nível ocupacional dos não-jovens. Enquanto em torno de 50% dos trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos ocupavam postos que exigem maiores conhecimentos e capacitações tecnológicas, apenas 26% dos jovens inseridos estam incluídos nesse nível ocupacional. Em contrapartida, existe maior absorção de jovens inseridos em atividades técnicas do que os trabalhadores não-jovens, 26% para os jovens e 11% para os não-jovens.

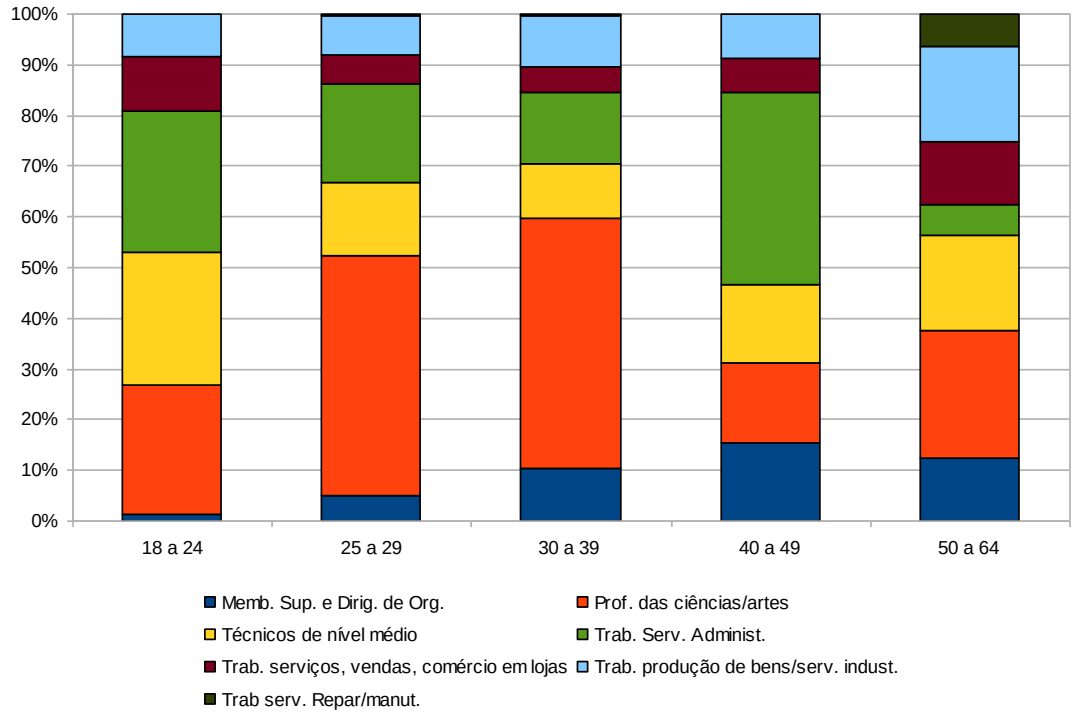
Por outro lado, reafirmando a tendência dos resultados comparativos até aqui, evidencia-se a semelhança dos postos de emprego ocupados entre os jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos. Verifica-se que existem mais semelhanças do que diferenças entre os níveis ocupacionais dos jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos de idade. No total dos jovens profissionalizados, 48% deles estão inseridos em atividades mais complexas. Com relação aos trabalhadores não-jovens, 50% deles estão integrados nessas mesmas atividades no segmento investigado.

---

coordenação tanto de projetos e medidas de solução para ambientes informatizados quanto em pesquisas em tecnologias de informática (MTE, 2008).

[4] Esse nível ocupacional é composto por Técnicos de desenvolvimento de sistemas e aplicações e por Técnicos em operação e monitoramento de computadores. Os Técnicos de desenvolvimento de sistemas são profissionais responsáveis pela montagem das estruturas dos bancos de dados, realizam a manutenção de sistemas e aplicações, selecionam recursos de trabalho e planejam etapas e ações de trabalho. Técnicos em operação e monitoração de computadores são operadores dos sistemas de computadores e microcomputadores, monitoram o desempenho dos aplicativos, armazenamento de dados, registro de erros e consumo da unidade central de processamento (MTE, 2008).

Gráfico 7 - Distribuição de faixa etária de empregados em atividades informacionais segundo o grupo ocupacional, 2007.



Fonte: RAIS-CAGED/MTE - 2007.

Por fim, o *tempo de emprego* foi o ultimo indicador das condições de emprego dos trabalhadores em atividades informacionais. A importância dessa dimensão deve-se ao fato de expressar com clareza o grau de estabilidade e instabilidade no emprego. A partir dos resultados observam-se diferenças significativas entre o grupo dos *jovens inseridos* e *jovens profissionalizados*.

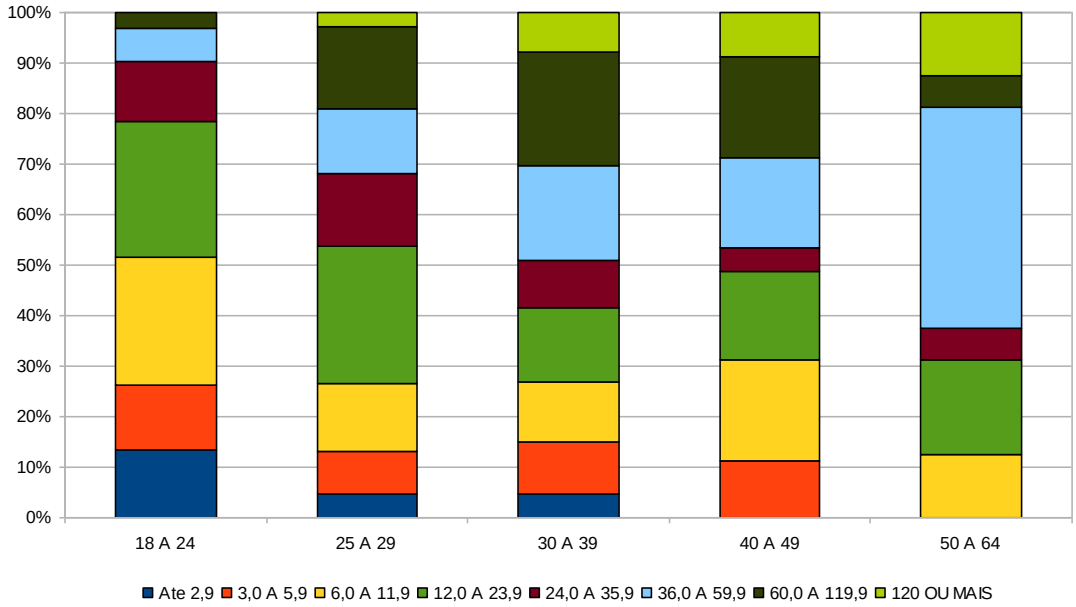
Verifica-se que grande parte dos *jovens inseridos*, em torno de 26% deles, encontraram-se na faixa de 6 a 12 meses de emprego, e 27% desses jovens concentraram-se na faixa dos 12 a 24 meses de emprego. Somando esses percentuais com as faixas de tempo ainda menores, contatou-se que 79% dos jovens inseridos possuem menos de 2 anos de emprego nessas atividades.

Situação diferente foi encontrado entre os jovens profissionalizados. Entre os jovens profissionalizados observamos concentração maior nas faixas entre 12 a 24 meses de emprego. Do total de jovens profissionalizados 27% possuíam até 24 meses de emprego. Porém, ao contrário do grupo anterior, a participação desses jovens foi maior

em faixas de maior tempo de emprego. Entre os jovens profissionalizados, apenas 54% estavam distribuídos em faixas até 2 anos de emprego. Esse percentual é relativamente baixo visto que entre os trabalhadores não-jovens apenas 41% encontram-se até essa faixa de tempo. Verificou-se que enquanto existia maior concentração de jovens trabalhadores inseridos, abaixo de 2 anos de emprego, ocorreu maior participação de jovens trabalhadores profissionalizados acima desse período de emprego.

Com relação à distribuição das faixas de tempo de emprego verificou-se que a estabilidade entre os jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens não se diferencia substancialmente. Enquanto nas faixas de tempo de emprego de até 12 meses verifica-se praticamente a mesma percentagem de jovens profissionalizados e não-jovens, 13% para jovens profissionalizados e 12% para não-jovens, em faixas acima de 2 anos verifica-se tendência a diferenciação entre os dois grupos. Entre os jovens trabalhadores profissionalizados 27% deles possuem entre 1 a 2 anos de emprego. Já entre os não-jovens apenas 14% encontram-se nessa faixa de tempo de emprego. Na faixa de 2 a 3 anos de emprego, os jovens profissionalizados ainda possuem vantagem com relação aos trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos. Em torno de 14% dos jovens profissionalizados possuem até 3 anos, enquanto entre os não-jovens apenas 9% incluem-se nesse período de emprego.

Gráfico 10 - Distribuição de faixa etária de empregados em atividades informacionais segundo o tempo de emprego, 2007.



Fonte: RAIS-CAGED/MTE – 2007.

A partir dos resultados verificou-se que as condições de emprego entre os dois grupos de jovens trabalhadores apresentam diferenças significativas. Entre os *jovens inseridos* predominam condições de emprego caracterizadas pelos mais baixos rendimentos, pelos níveis ocupacionais menos complexos e pela maior instabilidade no emprego. Porém, por outro lado, os *jovens profissionalizados* encontravam-se em condições de emprego muito diferenciada em comparação ao grupo anterior. Ao contrário dos jovens inseridos, entre os jovens profissionalizados verificou-se que as condições de emprego são relativamente mais sólidas e favoráveis. Entre os jovens profissionalizados encontraram-se níveis mais elevados de rendimentos, inseridos em ocupações mais complexas e com maior estabilidade no emprego.

No que se refere à comparação das condições de emprego entre os jovens trabalhadores profissionalizados e os trabalhadores não-jovens de 30 a 39 anos, verificou-se semelhanças em todos os indicadores. Observou-se que a distribuição das faixas de remuneração é semelhante entre o grupo de jovens profissionalizados e os trabalhadores não-jovens. Além disso, os níveis ocupacionais em que os jovens profissionalizados estão inseridos são semelhantes à distribuição das ocupações preenchidas pelos trabalhadores não-jovens. Por fim, no que concerne ao tempo de emprego entre os dois grupos, observou-se que os jovens profissionalizados apresentam

poucas diferenças com relação à estabilidade no emprego, em comparação aos trabalhadores não-jovens. No quadro geral, existem mais semelhanças do que diferenças entre esses dois grupos etários entre os jovens profissionalizados e trabalhadores não-jovens.

Considerações finais

Destaca-se que as mudanças no setor de telecomunicações constituíram um novo cenário de emprego para jovens, visto que eles passam a adquirir condições mais sólidas de empregos. Afirma-se isso considerando a expansão da presença de jovens no mercado de trabalho nas telecomunicações. Nesse aspecto, destaca-se a expansão de atividades informacionais que dão suporte e manutenção à rede de telecomunicações. Além das mudanças no âmbito empresarial, houve ampla renovação da força de trabalho. Diante da necessidade de mão-de-obra renovada, observou-se um processo de inserção de jovens em atividades informacionais, visto que 50%, dos empregos nessas atividades são ocupados por jovens. Não somente houve inserção de jovens, como também se observou elevada participação de jovens em condições favoráveis de emprego, em atividades informacionais, nas telecomunicações.

Em segundo lugar, conclui-se que a categoria "jovem trabalhador" não pode ser analisada como uma categoria homogênea. Assim, sustenta-se a necessidade de uma abordagem que considere a heterogeneidade na definição do que constitua a categoria "jovem trabalhador", pois a forma em que cada grupo insere-se no mercado de trabalho depende de uma série de aspectos referentes às condições específicas de emprego, tais como o tipo de atividade e o nível de qualificação demandada.

Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer distinções entre grupos de jovens, pois se observou diferenças referentes às características dos empregos. Verificou-se a existência de dois grupos de jovens, uns inseridos e outros profissionalizados. Identificou-se um grupo de jovens em processo de profissionalização nos empregos, visto estarem integrados em condições semelhantes às condições de emprego de trabalhadores não-jovens. No que se refere ao segundo grupo de jovens trabalhadores, verificou-se condições diferenciadas de emprego em relação aos trabalhadores não-

jovens, visto que esses jovens possuem os menores rendimentos, as ocupações mais simples e as maiores taxas de instabilidade no emprego.

Além disso, em atividades informacionais, observou-se que as condições de emprego entre os jovens diferenciam-se das condições destacadas pela perspectiva generalista. Nas atividades informacionais em telecomunicações não se verificou um padrão de emprego para jovens caracterizado por baixo nível de remuneração, inseridos em ocupações mais simples e com maiores taxas de rotatividade. Os resultados mostram que o fato de ser "jovem" não necessariamente constitui uma condição desfavorável de inserção no mercado de trabalho. Há *jovens trabalhadores* empregados em condições semelhantes às condições de emprego de *trabalhadores não-jovens*, com níveis de remuneração média e alta, ocupando posições centrais nas atividades e com níveis de estabilidade no emprego semelhantes aos trabalhadores não-jovens. Com isso, problematizam-se discussões que não só abordam a juventude de forma uniforme, mas que caracterizam a relação do jovem com o mercado de trabalho como precarizada e fragilizada.

As telecomunicações caracterizam-se por apresentar novos cenários de emprego para jovens, mas exige algum grau de qualificação, que se definiu pela instrução média, superior e técnica. O fato de ser "jovem" não caracteriza propriamente uma vantagem para inserção nesse mercado de trabalho, porém esse contexto de oportunidades transforma-se quando essa categoria possui maior instrução. A influência da escolaridade sobre as condições de emprego dos jovens verifica-se por meio do processo de diferenciação entre *jovens profissionalizados* e *jovens inseridos*.

Além dos *jovens profissionalizados* diferenciarem-se dos demais jovens, há um processo de integração laboral dos jovens profissionalizados às condições de emprego características de trabalhadores *não-jovens*. Em cenários de emprego constituídos pelo uso intensivo de conhecimento informacional existem condições de emprego favoráveis aos jovens em processo de profissionalização, visto que possuem requisitos demandados por atividades informacionais. Nesse sentido, a importância da experiência nos empregos sobre a inserção no mercado de trabalho não constitui o elemento determinante sobre os empregos, em atividades informacionais. A escolaridade torna-se o atributo mais diferenciador no mercado de trabalho em telecomunicações, principalmente em atividades informacionais. A maior capacidade de apreender, processar e aplicar os conhecimentos adquiridos a partir das mudanças tecnológicas

torna-se um requisito valorizado em mercados de empregos dinâmicos como o de telecomunicações. Pode-se afirmar a partir dessas evidências que o setor de telecomunicações está entre esses novos cenários de empregos favoráveis a uma inserção sólida para os jovens trabalhadores, mas essa inserção sólida traz exigências referentes às condições econômicas e do mercado de trabalho informacional.

REFERÊNCIAS:

CATTANI, Antonio David e HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia.** 358p. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

CELLI. J. B. e OBUCHI, R. **Adolescents and Young adults in Latin America, Critical age: Young adults market experience**. BID. Instituto de Estudios Superiores de Administratión. 2002.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociologia e cultura**. Vol.1 – *A sociedade em rede.* São Paulo, Paz e Terra. 1999.

_____. **A Galáxia da internet**: *Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.* Rio de janeiro, Zahar. 2003.

DERMONTT, S e FENTON, S. **Fragmented carrers? Winners and Losers in Young adult labour markets.** *Work, Employment and Society*. Vol. 20(2). 205-221. SAGE Publications. London. 2006.

GUIMARÃES. S. **A Reestruturação das telecomunicações e os sindicatos**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18. n 52. p. 81-107. 2003.

GUIMARÃES, N. **Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais**. In: Transição para a vida adulta ou a vida adulta em transição? Pp. 170-198. Rio de janeiro. IPEA, 2006.

MARTINS, Heloisa H. Teixeira de Souza. **O Jovem no mercado de trabalho**. *Revista Brasileira de Educação*. N.6. P. 96-109. 1997.

MOCELIN. D. **Qualidade do emprego em contexto de mudança tecnológica: o caso das operadoras de telefonia móvel celular**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia. UFRGS. 2006.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

ROCHA, S. **A inserção dos jovens no mercado de trabalho**. *Caderno CRH*, Salvador, V.21, n. 54, p. 533-550, Set/Dez. 2008.

MARCEL MAUSS: CONTRIBUIÇÕES E ATUALIDADE PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS[1]

Leonardo Santos de Lima[2]

Resumo: este artigo apresenta uma breve discussão a respeito das contribuições da obra de Marcel Mauss para as Ciências Sociais, bem como sua relação com os paradigmas que tradicionalmente orientaram (e ainda orientam) o campo de estudo da Antropologia e da Sociologia, através da consideração das inovações teóricas trazidas pela teoria da dádiva. O artigo aborda ainda as questões que a dádiva permite suscitar a respeito das novas formas de pensar as relações sociais hoje, sobretudo no que tange à crítica das concepções individualistas e às interpretações economicistas da realidade social.

Palavras-chave: Marcel Mauss, teoria da dádiva, paradigmas, Ciências Sociais.

Introdução

A discussão a respeito da obra de Marcel Mauss presente neste artigo assume sua filiação às interpretações da teoria da dádiva que, sem pôr de lado seu exame orientado pela noção de "paradigma", enfatizam, conforme Martins (2008), "uma leitura não-estruturalista do dom [embora] não recus[em] de algum modo a importância do estruturalismo" como base para outras leituras possíveis sobre o trabalho do autor. Nesse sentido, o reconhecimento da pertinência da interpretação estruturalista da teoria da dádiva e sua associação com o "Paradigma Racionalista", como definido por Cardoso de Oliveira (1988), são também aqui brevemente explicitados.

---

[1] Adaptado a partir do trabalho original "Marcel Mauss: contribuição e relevância para os paradigmas da Antropologia e das Ciências Sociais", produzido para a disciplina de Antropologia I – Teoria Antropológica, ministrada pelo professor Dr. José Otávio Catafesto de Souza.

[2] Graduando do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail*: leonardoslima@yahoo.com.br

O ponto central da discussão proposta, no entanto, ainda que se distanciando das concepções que tomam os diferentes paradigmas das Ciências Sociais como inconciliáveis e excludentes entre si, recairá sobre o espaço aberto pela obra mausseana ao "sujeito" e à (inter)subjetividade, a partir da reflexão sobre sua vinculação ao "Paradigma Hermenêutico" (Cardoso de Oliveira, 1988). Da mesma forma, este texto buscará ressaltar a importância da dádiva para o desenvolvimento de uma nova compreensão das relações coletivas, que transcendam as interpretações reducionistas (e economicistas) acerca das trocas e das associações a partir das quais se constitui o social.

Mauss e as inovações da teoria da dádiva

Apesar de nunca ter realizado pesquisas de campo – procedimento que progressivamente ganha status de obrigatoriedade na prática antropológica, principalmente a partir dos trabalhos de Malinowski – de forma alguma a obra de Marcel Mauss (1872-1950) pode ser subestimada quanto a sua importância para os estudos não só do campo da Antropologia, como também da Sociologia. Sua relevância para o desenvolvimento subseqüente dessas disciplinas ganha com o passar das décadas uma dimensão cada vez maior. Autor em cuja obra serão produzidas inovações teóricas marcantes, Mauss se constituirá ao longo do século XX como influência direta não só para o desenvolvimento do paradigma estruturalista da Antropologia e os trabalhos de seus principais representantes como Claude Lévi-Strauss e Louis Dumont – que se sentirão obrigados a se posicionar perante as questões por ele levantadas – mas também a todo o conjunto das Ciências Sociais em seus desdobramentos teóricos subsequentes.

Da mesma forma, a perspectiva do autor a respeito do universo humano revela uma postura capaz de produzir importantes avanços em comparação à compreensão do social empreendida por Durkheim, ao assumir uma posição crítica em relação à filosofia e ao adotar o método etnográfico. Postura que envolve também, conforme Caillé (1998), um direcionamento à reformulação das questões de sua época, de modo a respondê-las a partir de um novo enfoque: "o da natureza do simbólico e de sua ligação com a obrigação de dar" nas sociedades tradicionais (*idem*, p.5). Esta dupla ênfase – cujo cerne se expressa na teoria da dádiva – fará de Mauss um autor de grande

atualidade, em especial no que diz respeito à análise dos fundamentos das relações de aliança e solidariedade nas chamadas "sociedades arcaicas", cujo interesse crescente revela a centralidade destas questões também para o estudo das sociedades contemporâneas.

A teoria da dádiva, sistematizada no clássico *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, publicado pela primeira vez na década de 1920, é o fio condutor a partir do qual é possível vislumbrar uma nova forma de compreender os fenômenos sociais. Ao repensar o conceito durkheminiano de *fato social*, Mauss concebe as modalidades de troca como originárias de um enorme conjunto de fatos complexos nos quais "tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social" (MAUSS, 2003, p.187). Neles, que passam a ser chamados pelo autor de "fenômenos sociais totais",

> (...) exprimem-se de uma só vez as mais diversas instituições: religiosas, políticas e morais (...) econômicas (...); sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos (...) e que essas instituições manifestam. (MAUSS, 2003, p. 187)

Esse caráter de totalidade que envolve o circuito da dádiva é revelado ainda pelas características atribuídas aos bens destinados às trocas, os quais nunca se reduzem ao meramente material ou utilitário, mas antes – e principalmente – ganha destaque seu caráter simbólico. Pois, como Mauss reconhece, a dádiva é um fenômeno que envolve toda a vida social, sejam bens materiais, sejam simples gestos. É composta, portanto, por todos os elementos que possam adquirir relevância para a constituição da sociedade. E caracteriza-se como um sistema que se expande ou se retrai a partir de uma tríplice obrigação coletiva de dar, receber e retribuir (MARTINS, 2005).

A abertura à multiplicidade e o foco nas *relações* entre os elementos, isto é, na dimensão social e, portanto, no simbolismo, é o que constitui a contribuição central do *Ensaio* para as Ciências Sociais. É esse enfoque que permite que Marcel Mauss consiga superar as dicotomias tradicionais que se proliferam na Sociologia, como as existentes na obra de Durkheim, por exemplo, que envolvem permanentemente uma clara oposição entre sagrado e profano, indivíduo e sociedade, normal e patológico etc. (MARTINS, 2005, p. 55).

Para Mauss, a concepção de sociedade como "fenômeno social total" possibilita percebê-la como um todo inter-relacionado (porém não indiferenciado) de gestos, risos, palavras, presentes, sacrifícios etc., o que permite distanciar a análise sociológica do tratamento isolado das diversas dimensões que constituem o social, e assim impede que os diferentes elementos, que articulam os atores e as instituições sociais, possam ser considerados de forma unívoca. Ou em outras palavras: "a análise crítica deve estar aberta a uma compreensão complexa da experiência" (*ibidem*), que é, inevitavelmente, multifacetada.

A obra de Mauss, desta forma, não apenas acompanha, mas sem dúvida influencia e se relaciona intimamente com o próprio desenvolvimento dos estudos antropológicos e sociológicos ao longo do século XX. E, em especial, com os desdobramentos teóricos e metodológicos dessas disciplinas. Desdobramentos marcados por um distanciamento da *categoria da ordem* e do processo de domesticação da subjetividade, do indivíduo e da história, conforme expressões utilizadas Cardoso de Oliveira (1988), as quais caracterizam os pressupostos orientadores das concepções "racionalistas" do funcional-estruturalismo, predominates até a proliferação das perspectivas subjetivistas e interpretativistas a partir, sobretudo, da década de 1970.

Mauss e os paradigmas das Ciências Sociais

Conforme aponta Cardoso de Oliveira (1988), a emergência do "Paradigma Hermenêutico" e da "Antropologia Interpretativa", ao mesmo tempo em que negam o discurso cientificista dos paradigmas anteriores, abrem espaço para a subjetividade, liberada da coerção da objetividade, que então se assume como *intersubjetividade*. Já o indivíduo, liberado do psicologismo, toma forma como indivíduo socializado e a História, livre das amarras naturalistas, é agora historicidade. Porém, o autor manifesta sua preocupação com o "interpretativismo" resultante de um desenvolvimento perverso do paradigma hermenêutico, como conseqüência de uma descrença total na razão e a rejeição a qualquer teoria. Assim, ressalta que, mesmo que não haja mais espaço para a Razão – com letra maiúscula – há, porém, espaços para *racionalidades regionais*, postura que permite avaliar a fecundidade do problema hermenêutico e da abertura à possibilidade da emergência de uma *nova ordem*, com a

progressiva domesticação da desordem, sem negar, no entanto, a introdução da intersubjetividade, da individualidade e da historicidade através do *enxerto hemenêutico* na Antropologia.

A abertura à multiplicidade e a capacidade de apreender as relações sociais em suas diferentes dimensões constituintes podem servir como indicativos que levam a inserir os trabalhos de Marcel Mauss no que Cardoso de Oliveira (1988) denomina de "Paradigma Hermenêutico" e "Antropologia Interpretativa" – conforme sua Matriz Disciplinar, elaborada como esquema orientador para compreensão do estado teórico da Antropologia atual.

Contudo, mesmo que em um primeiro momento essas considerações a respeito da obra de Mauss mostrem-se pertinentes, ao afastá-lo das concepções de viés objetivista, características da tradição intelectualista da "Escola Francesa" e do "Paradigma Racionalista", é possível considerar que esse aparente afastamento envolve, mais precisamente, uma situação de complementaridade entre os diferentes paradigmas presentes no interior dos trabalhos de Marcel Mauss.

Como aponta Caillé (1998), a notória subestimação da obra mausseana, que se revela na atribuição de um papel secundário ao autor na sociologia francesa, é resultado, principalmente, de sua recusa em admitir que a existência de uma inesgotável diversidade da realidade empírica possa ser submetida e reduzida inteiramente à "lógica do conceito". Deste modo, elementos tão caros à "Escola Francesa" como o "paradigma da ordem" e a busca da "gramaticidade da linguagem antropológica" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988), ilustram uma postura que considera que "a pior ordem é melhor que a desordem", conforme a máxima de Lévi-Strauss, e permitem entender que é apenas o fortalecimento do paradigma hermenêutico que possibilitará a Mauss a ascendência a uma posição de relevância diferente daquela que lhes atribuem as escolas antropológicas (e sociológicas) tradicionais.

No entanto, não é possível afirmar que os elementos de universalidade – próprios a uma postura que enfatiza o valor da objetividade – estejam ausentes no pensamento de Mauss. Embora se revele por meio da ausência da ortodoxia habitual de sua época, no *Ensaio sobre a dádiva* o interesse do autor em descobrir elementos objetivos para análise das relações sociais pode ser claramente observado ao se considerar, ainda no início do texto, seu empenho em investigar "*a regra* de direito e de interesse que (...) faz com que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído (...)"

(MAUSS, 2003, p. 188, grifo meu). A inclinação do autor nesse sentido agirá, dessa forma, como inspiração à inquietação dos "racionalistas", na medida em que alimentará a busca em direção às regularidades sociais universais, levando Lévi-Strauss, por exemplo, a se lançar futuramente rumo ao "paradigma [racional] perdido" e a propor um homogeneizador "princípio de reciprocidade" como base de explicação das trocas sociais.

Em Mauss, por outro lado, mesmo que a dádiva se traduza como "uma lógica organizativa do social que tem caráter universalizante" que modo algum poderia "ser reduzida a aspectos particulares como aqueles religiosos ou econômicos" (MARTINS, 2005, p. 52) – sob pena perder sua característica fundamental de "fenômeno social total". Da mesma forma, ainda que se possa identificar no autor a busca de elementos comuns que estruturem as relações sociais, sua obra permite reconhecer que sempre há níveis de incerteza que permeiam a circulação de dádivas entre os seres humanos. Pois a vida social, embora seja um sistema que envolva um conjunto de prestações e contraprestações cuja obrigatoriedade atinge a todos os membros de um grupo social, "essa obrigação não é absoluta, pois sempre há certos graus de liberdade para entrar ou sair desse sistema" (MARTINS, 2005, p. 49). Na dádiva, a universalidade da relação que envolve o dar, o receber e o retribuir não existe *antes* dos membros dessa sociedade. Mas tampouco existe a possibilidade de entender cada membro como elemento isolado e independente, conforme a concepção ocidental de indivíduo. Este não existe *antes* do grupo social. O particular e o coletivo não podem ser concebidos a não ser conjuntamente, pois:

> (...) na perspectiva da dádiva, sociedade e indivíduo são modos de manifestação do fato total, são possibilidades fenomenais que se engendram incessantemente por meio de um *continuum* de inter-relações (...) essas interdependências desdobrando-se entre o plano micro, macro e mesossocial. (MARTINS, 2005, p. 54, grifo do autor)

Ainda que sempre exista a objetividade – que é o próprio sistema de dádivas como *fato social total* que só se realiza quando posto em prática – há sua indissociabilidade em relação às manifestações particulares, o que lança a possibilidade de expressões múltiplas. Isto é, a dádiva potencializa a abertura de espaços para a manifestação do "sujeito", não entendido aqui como elemento constituído à parte da

coletividade, mas como integrante ativo do processo de formação e transformação de si e da realidade social, o que abre espaço, da mesma forma, para a diferenciação dessa realidade e a manifestação das *racionalidades regionais* às quais se refere Cardoso de Oliveira (1988). Processo que revela um distanciamento da teoria da dádiva em relação aos princípios do "Paradigma Racionalista" e, em contrapartida, uma aproximação em direção ao "Paradigma Hermenêutico", permitindo, ao mesmo tempo, o afastamento das concepções individualistas, por um lado, e, por outro, da crença em ideias coletivas de caráter obrigatório e supra-individual, que lançam a sociedade por sobre seus membros particulares, anulando-os. Configuram-se aí as potencialidades de um novo modo de pensar as relações sociais, na medida em que se torna possível que o *enxerto hermenêutico* de Cardoso de Oliveira assuma, através da dádiva, a forma dos "*graus de liberdade* para entrar ou sair" do sistema, como defende Martins (2005), uma vez que a "regra" nela existente se constitui de modo indissociável ao pluralismo vinculado à (inter)subjetividade.

A obra mausseana, desse modo, além das contribuições geradas às disciplinas da Antropologia e da Sociologia em nível teórico e metodológico, manifesta uma clara oportunidade para repensar as problemáticas e os objetos de investigação que concernem às formas das relações coletivas na atualidade.

Conclusão: novas possibilidades da dádiva na atualidade das Ciências Sociais

Como defendem autores como Caillé (1998) e Martins (2005), que tomam a obra de Mauss como base para o desenvolvimento de uma perspectiva que questiona os fundamentos utilitaristas na interpretação das relações coletivas na esfera política e econômica, a teoria da dádiva possibilita que fenômenos comuns à realidade ocidental, em especial o Estado e o mercado, assim como a concepção do ser humano como *Homo economicus*, posam ser relativizados, pois perdem seu status universal e dão lugar à presença de um sistema de reciprocidades de caráter interpessoal, observável em todas as sociedades, independentemente de serem tradicionais ou modernas.

Como destaca Martins (2005), a maleabilidade das relações estabelecidas a partir da lógica da dádiva, que Mauss originalmente relacionara a uma situação de alternância entre a paz e a guerra entre os povos das ilhas do Pacífico sul, na contemporaneidade poderia ser interpretada como a possibilidade do desdobramento em alternativas que visam o surgimento de uma sociedade civil em novas bases, de caráter mundial, porém regionalmente diferenciada, que se expande para fora dos domínios do Estado e do mercado, e que valoriza a multiplicação de perspectivas para a compreensão do conjunto social.

Ainda nesse sentido, a coexistência e a indissociabilidade entre particular e coletivo abre um amplo espaço para a crítica ao individualismo calculista que funda a moral econômica dominante. Do mesmo modo, possibilita reavivar as ideias de caráter associacionista, as organizações sociais autônomas em relação às instituições políticas e a consolidação da participação direta na sociedade com o desenvolvimento do exercício da cidadania e o consequente aprimoramento do espírito democrático.

Referências

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 5-38, out. 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A Categoria de (Des)Ordem e a Pós-modernidade da Antropologia. **Anuário Antropológico 86**, Brasília, p. 57-73, 1988.

MARTINS, Paulo Henrique. A Sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 73, p. 45-66, dez. 2005.

MARTINS, Paulo Henrique. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais: itinerários do dom. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 105-127, fev. 2008.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-294.

O GOVERNO LULA E A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA: CONTINUIDADE OU RUPTURA? [1]

Luis Guilherme Camfield Barbosa[2]

Resumo: O presente artigo tem como objetivo versar sobre as nuances da política econômica[3] durante o primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2007, sua ruptura ou não com os caminhos traçados por seus predecessores e por posições defendidas anteriormente pelo Partido dos Trabalhadores. Para tal um breve resgate histórico se faz imprescindível, assim sendo, retornaremos aos últimos anos da década de 1980 e discutiremos as políticas heterodoxas nas suas tentativas de conter a inflação bem como o seu esgotamento. Posteriormente apontaremos as características do governo Fernando Henrique Cardoso, a nova moeda e o controle inflacionário a partir de uma solução monetarista e ortodoxa. Finalmente entraremos nos anos 2000 e argumentaremos acerca da política econômica administrada pelo governo petista.

Palavras-chave: Política econômica, inflação, heterodoxia, ortodoxia.

Introdução

Discutir a política econômica no Brasil nos dias de hoje além de um desafio conceitual (de expor conceitos e definições econômicas e políticas a partir de uma bibliografia selecionada), é também uma tarefa de reconstrução, mesmo que breve, dos acontecimentos recentes na história brasileira, visto que, o quadro econômico atual de relativa estabilidade

[1] O presente trabalho foi inicialmente produzido para um projeto de iniciação cientifica sob orientação do Prof. Dr. José Carlos Belieiro Jr.

[2] Acadêmico do Curso de Ciências Sociais Bacharelado – UFSM – RS. Contato: luis.pol_camfield@yahoo.com.

[3] Conjunto de ações administradas e planejadas por determinado governo para otimizar a situação econômica de seu país. São instrumentos da política econômica a política fiscal, a política cambial, a política de rendas e a política monetária. Em ordem, a primeira trata das despesas e receitas das esferas governamentais; a política de câmbio é responsável por manter o balanço de pagamentos relativos entre moedas estrangeiras e a moeda nacional; seguidamente, a política de rendas se ocupa das questões de redistribuição de renda e justiça social e, finalmente, a política monetária trata do volume e circulação de moeda dentro do território nacional.

remete-se inevitavelmente a acontecimentos pretéritos que determinaram os caminhos escolhidos no campo da política econômica levando-nos a conjuntura contemporânea.

Para tal, prosseguiremos em um resgate de certos acontecimentos político-econômicos dos anos 1980, como o fim da ditadura militar no Brasil e a construção da democracia, a eleição indireta de um presidente que não exerce o cargo por uma fatalidade e a posse de um vice sem legitimidade política. A erosão econômica e as políticas de cunho heterodoxo fortemente intervencionistas como tentativas de contenção de uma inflação de proporções nunca antes experimentadas.

Posteriormente adentraremos a década de 1990. Apontaremos a eleição direta ao cargo de Presidente da República e a vitória do candidato Fernando Collor, a sua deposição por *impeachment*[4] bem como o esgotamento das tentativas heterodoxas no controle inflacionário. Discutiremos também a elaboração da URV (Unidade Real de Valor) e a eleição de Fernando Henrique Cardoso e a conquista da estabilidade monetária a partir do amargo remédio da ortodoxia econômica.

Finalmente entraremos em nosso assunto central, qual seja, os anos 2000 e o período do primeiro mandato em que Luis Inácio Lula da Silva esteve Presidente do Brasil. Problematizaremos a consolidação democrática pela posse legitima a partir do sufrágio de um candidato proveniente da esquerda e a alternância pacifica de governos. Discutiremos também o abrandamento de posições radicalizadas anteriormente defendidas por membros do governo petista enquanto oposição, e que, em seu período de "situação" foram arrefecidas, tais como a moratória da dívida externa e a problemática acerca do superávit primário. Por ultimo falaremos sobre a continuidade ou não no tocante a macroeconomia brasileira e o comprometimento com o combate a inflação.

1. A década de 1980: construção democrática e erosão econômica

As esperanças fomentadas pela nascente democracia inspiravam a população a acreditar ser o regime político democrático a solução para os problemas sociais aos quais vivenciavam. A crença de que a posse da presidência por um civil da base oposicionista ao governo militar traria mudanças sociais que teriam como objetivo a diluição das

[4] Processo pelo qual o congresso nacional procede à impugnação do mandato do chefe do poder executivo.

desigualdades sociais logo naufragou. Tancredo Neves veio a adoecer gravemente no dia 14 de março, véspera da posse, falecendo trinta e nove dias após, deixando a Presidência da República para o então Vice José Sarney. Esse, conhecido apoiador da base governista durante os anos ditatoriais, não lograva legitimidade frente a população e nem para com o ministério, escolhido por Tancredo e que possuía como sua maior característica a falta de coesão política. A miríade partidária e ideológica se fazia presente com maior impacto no setor econômico ministerial, onde trabalhavam em conjunto João Sayad, Ministro do Planejamento, acadêmico de roupagens keynesianas, e o Ministro da Fazenda Francisco Neves Dornelles, sobrinho de Tancredo e conhecido tecnocrata de idéias ortodoxas.

Sendo assim, o que teria impulsionado o governo Sarney a assumir como política econômica de controle de inflação as teorias heterodoxas de Sayad em depreciação ao monetarismo de Dornelles? Fato é que já de inicio o Ministro Dornelles buscou um ajuste de gastos como alternativa para o combate a inflação. Fato é que o governo ficou receoso que tais reformas financeiras acarretassem em uma recessão, e, segundo Volpon:

> Recessão era a última coisa que Sarney queria. Com um sério déficit de legitimidade pelo processo torto que o levou ao poder, Sarney, como os militares antes dele, não queria enfrentar a 'ira das ruas'. Enquanto um popular Tancredo poderia talvez bancar um ajuste severo, Sarney não tinha esse luxo (ou essa coragem). Mas a inflação se apresentava como o maior e mais imediato problema e, senão o caminho ortodoxo do FMI, que alternativa teria o governo? (VOLPON. 2003. p.15).

1.2 A indexação como pedra angular da solução brasileira nos anos 1980

O conceito de indexação refere-se à política e ajustamento dos preços de determinada economia a partir de índices oficiais do governo. Assim sendo, para conter a inflação, o governo tabelaria todos os preços, inclusive salários, conforme égides próprias intervindo no mercado com o intuito de barrar a subida geral de preços. Porém, as políticas de indexação de

preços resultaram no que foi chamado de inflação inercial[5]. Imaginemos conforme a teoria de indexação de preços, que determinado valor de salários seja reajustado periodicamente em relação à média da inflação do período que se passou. Para que se mantenha o mercado em situação de equilíbrio é necessário que a inflação futura tenha o mesmo valor da passada. Em uma situação onde a taxa da inflação caia para zero logo após o ajuste de salários, não ocorreria a perda de valor do bem salário, ao contrario, ganhar-se-ia um aumento real de valor, que por sua vez aumentaria uma também real quantidade de demanda. Em um mercado despreparado para atender tal demanda, ocorreria um desequilíbrio que seria evitado com um novo aumento de preços, causando nova inflação fechando assim o processo de desenvolvimento inercial de inflação.

O que fez as autoridades do setor econômico ministerial apostarem nas soluções heterodoxas fundamentadas na intervenção estatal e no choque direto sem avisos da indexação foi o pressuposto de que uma experiência ortodoxa e monetarista não lograria êxito em uma economia como a brasileira, gerando acima de tudo uma recessão econômica nem um pouco bem vinda por parte da bancada governista como foi dito anteriormente. Assim sendo o que moveu aqueles que argumentavam a favor da heterodoxia é, além de coordenar as expectativas dos agentes econômicos em sua generalidade, também era necessário coordenar as suas ações. Se a inflação no Brasil tende a se auto-alimentar, a única solução seria o choque heterodoxo indexador.

1.3 O fracasso do Plano Cruzado

Como a maior tentativa não-ortodoxa de controle inflacionário, o Plano Cruzado merece lugar de destaque em nossa análise, podendo ser examinado quase que como a caracterização do compilamento das políticas heterodoxas de indexação dos anos 1980.

Primeiramente, as políticas indexadoras tinham como característica peculiar serem postas em serviço sem aviso prévio. Isso teve lógica interna e bem explicada. O anúncio

[5] Processo inflacionário muito intenso, gerado pelo reajuste pleno de preços, de acordo com a inflação observada no período imediatamente anterior; os contratos contêm cláusulas de indexação que restabelecem seus valores reais após intervalos fixos de tempo. Na medida em que esses intervalos são cada vez menores e os reajustes cada vez maiores e concedidos com a mesma intensidade para todos os preços, estes tendem a ficar alinhados. Embora variando com grande intensidade, um congelamento manteria as mesmas posições relativas anteriores, garantindo a neutralidade da operação, isto é, não haveria nem ganhadores nem perdedores se a inflação deixasse de existir repentinamente pelo congelamento de preços. (SANDRONI, 1999. p.302).

prévio da aplicação das políticas de indexação poderia desencadear uma corrida generalizada na tentativa de aumentar os preços por parte dos agentes empresariais, que teriam o intuito de não ter prejuízos, conforme suas expectativas. Segundo, o Plano Cruzado funcionava com um gatilho salarial de reserva (ajustamento para cima do preço salário relativamente aos preços gerais da economia), que ao primeiro sinal de subida geral de preços poderia ser posto a prova como tentativa de equilíbrio de mercado, deixando assim a indexação sempre viva como possibilidade econômica. E em terceiro lugar, o Plano Cruzado ao momento da indexação de preços aplicou um ganho real ao preço salário, aumentando assim o poder aquisitivo da população.

> O congelamento no nível do varejo, mas não no atacado, começou uma onda generalizada de retenção de estoques. Os mercados financeiros se recusavam a estender crédito de longo prazo, desconfiando da longevidade do plano. Consumidores compravam o máximo possível, mostrando também sua desconfiança sobre por quanto tempo os preços baixos durariam. Um paradoxo se criou onde todo mundo adorava o plano mas ao mesmo tempo agia contra ele! (VOLPON. 2003. p.24).

Com o fim do Plano Cruzado, a política econômica brasileira fechava um importante ciclo. A década seguinte seria marcada pela ascensão da ortodoxia e a conquista da estabilidade econômica através do Plano Real durante o governo FHC.

2. A década de 1990: a conquista da estabilidade econômica

Os primeiros anos da década de 1990 possuíram como fato mais relevante a eleição de Fernando Collor de Mello a Presidência da República. O até então governador do estado do Alagoas e candidato a presidência conquista a vitória partindo de um discurso defensor da mudança e da "higienização" política do país através do combate a corrupção. Fato é que no campo econômico o período Collor foi um dos mais confusos da história brasileira. No que concerne a retórica do governo, era defensor de uma "política econômica moderna",

coadunada ao consenso de Washington e as égides da ortodoxia monetária. Porém o que de fato aconteceu foi uma administração falha e controversa. Como exemplo podemos citar que no dia quinze de março de 1990 a então Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello anunciou uma das maiores intervenções econômicas do período contemporâneo do nosso país. O congelamento com feições de confisco engessaram 70% de todas as finanças disponíveis por 18 meses, tributando a 8% todos os depósitos realizados em solo nacional.

Posteriormente, com o escândalo de corrupção envolvendo a sua pessoa, Fernando Collor de Mello é deposto por *Impeachment* no dia 29 de setembro de 1992. Assumindo seu vice Itamar Franco. Assim sendo, em poucos anos a população brasileira presenciará o fim de um regime ditatorial e a construção democrática. A morte de um presidente, o impedimento legal de outro e a posse de dois vices com baixa legitimidade. Nesse contexto de instabilidade econômica (onde, somente no ano de 1993 a inflação chegou ao patamar de 2.489,11 INPC%[6]) e de volatilidade política, surge a candidatura de Fernando Henrique Cardoso e do Plano Real.

2.1 Fernando Henrique Cardoso e a elaboração do Plano Real

Versaremos agora sobre as nuances da candidatura de FHC para posteriormente falar sobre detalhes que garantiram sucesso ao Real. Primeiramente devemos salientar o vazio político deixado pela forma como o presidente Collor deixou o poder. Nesse contexto, a figura de Itamar Franco não consegue preencher as lacunas deixadas pela ausência do candidato que fora eleito pelo sufrágio de forma democrática. Todos esperavam do agora presidente Itamar que no máximo não piorasse a situação econômica nacional e que garantisse as égides democráticas para uma nova eleição posterior. Porém ele foi além. Nomeando o então chanceler de seu governo para o cargo ministerial na Fazenda, Itamar coloca Fernando Henrique em posição de destaque em um contexto econômico caótico e instável.

Como Ministro da Fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique encontrava-se em um cenário ambíguo. Por um lado via-se obrigado a promover mudanças substanciais na economia nacional para resgatar uma estabilidade desejada. Por outro estava engessado por um congresso dominado por uma miríade de alianças e bancadas que estavam determinadas a defender interesses privados independentemente de suas filiações partidárias.

[6] (Fonte: IpeaData).

Sua primeira tarefa como Ministro e fiador do futuro Plano Real foi estabelecer estratégias para a criação de uma nova moeda. E a mais periclitante era a de como a nova moeda seria implantada sem ser contaminada pela inflação da moeda anterior. Para tal, as primeiras elaborações sobre o novo plano monetário filiavam-se a algumas teorias econômicas da década de 1980, mas não a heterodoxia da era Sarney, mas sim a teoria da superindexação desenvolvida pelos economistas André Lara Resende e Pérsio Arida.

> Nesse trabalho, Lara-Resende e Arida propõe o lançamento de uma moeda indexada, um "novo cruzeiro" que seria indexado à ORTN, o indexador oficial da época. Haveria uma taxa de câmbio entre a moeda corrente, a moeda "inflacionada", e a moeda indexada. Os agentes estariam livres para comprar e vender a moeda indexada, assim ajudando a transição da moeda velha à nova que, por definição, não sofreria de inflação, sem as distorções de preços relativos impostos pela outra alternativa heterodoxa, o congelamento. (VOLPON. 2003, p.54).

A inovação dessa proposta estaria em reconhecer que o simples congelamento de preços e salários não lograria sucesso em uma economia onde os preços estariam em situação de desequilíbrio no mercado. Quando ocorriam os congelamentos durante a década de 1980, estes eram feitos de surpresa e de forma abrupta, realizando engessamento de preços em desequilíbrio e comprometendo dessa forma o sucesso da estabilidade do plano. Assim sendo, se a nova moeda operasse em sua transição através do simples congelamento como foi feito em vezes anteriores, a nova moeda já nasceria em instabilidade. A capacidade fomentada de os agentes econômicos comprarem ambas as moedas garantiria a renegociação de contratos baseados na moeda nova, e através disso o equilíbrio de preços sem uma corrida inflacionária. Assim sendo, se fazia necessária a criação de um novo indexador para orientar as transações efetuadas entre as moedas. Foi elaborada a Unidade Real de Valor (URV) para tal tarefa.

2.2 Eleição FHC e consolidação do Plano Real

Devemos problematizar agora a questão da viabilização da implantação do Plano em relação à candidatura de FHC. Muitos acreditam ter sido o plano que conferiu a Fernando Henrique sua candidatura em 1994. Devido ao seu sucesso, o plano econômico auferiu legitimidade e prestígio ao candidato tucano que caiu nas graças da população brasileira por afastar a inflação. Outros, pelo contrário, afirmam que foi na verdade a candidatura de FHC que viabilizou a implantação do Real.

O candidato Fernando Henrique aparece como uma alternativa as candidaturas mais proeminentes do momento, entre elas a mais relevante era sem dúvida a do candidato Luis Inácio Lula da Silva. Lula personificava o extremo contrario da personalidade de Collor e, o seu segundo lugar nas eleições de 1990, em conjunto com a atuação do PT no processo do impeachment, logravam a ele prestígio frente a certa faixa eleitoral da população brasileira. O contrario ocorria no campo econômico e político. Temerosos com uma candidatura Lula e a chegada ao poder por um candidato de esquerda, a direita política brasileira une-se com partidos de centro para apoiar a alternativa viável que lhes era apresentada pela conjuntura da época: a candidatura FHC.

Basta-nos afirmar nesse momento, que a estabilidade econômica foi alcançada através do Plano Real. Mas também devemos argumentar que esse objetivo foi alcançado pela sofisticação do Plano em conjunto ao contexto político, econômico e social ao qual tudo se passou. As mudanças trazidas pelo Real só poderiam ser implementadas em um ambiente de volatilidade política, assim como as soluções ortodoxas encontradas para o problema da inflação só foram vislumbradas após o esgotamento das tentativas heterodoxas de choque e controle econômico no Brasil.

3. Anos 2000: consolidação democrática e econômica

As eleições do ano de 2002 foram um marco histórico para os brasileiros. Ano esse em que a democracia se viu consolidada pela alternância de poder de um candidato a outro sem os percalços das décadas anteriores, como foram os casos de Tancredo e Sarney, e Collor e Itamar, e mais, a chegada ao poder de forma democrática por um candidato de um partido com raízes no campo da esquerda política. Por sua trajetória pessoal, e pelo partido que lidera, o presidente Lula toma posse em meio a esperanças e desconfianças de como iria administrar

a economia brasileira. Justamente por ser um candidato de esquerda eleito por sufrágio democrático, fato inédito no período democrático pós 1989, não se poderia prever como o novo presidente procederia em seus quatro anos de mandato. A esperança ficava por conta da população desejosa de transformações sociais. A desconfiança, por outro lado, estava sentada ao lado daqueles que se preocupavam primeiramente com a estabilidade econômica do país. Trocando em miúdos, em relação ao empresariado nacional, temia-se uma descontinuidade do modo de operar administrativamente o país no momento da transição de um governo para outro. Que políticas de austeridade fiscal fossem trocadas pela irresponsabilidade administrativa fomentada por posições partidárias aquém da lógica do mercado.

3.1 Rompendo com a radicalidade

> Como é comum em partidos de esquerda que, tendo a perspectiva do poder, se aproximam do centro político, o PT foi abandonando algumas bandeiras que empunhou historicamente, como, por exemplo, a defesa da moratória da divida externa. (GIAMBIAGI**.** 2005. p.197).

Porém tal moderação aconteceu de forma gradual. Pensemos em termos reais. Em meados de 2001 a 2002, época em que o PIB[7] nacional crescia a uma taxa percentual de 1,31% e 2,66%, e vinha de uma média de crescimento desde 1998 de 1,7%[8], certas personagens do Partido dos Trabalhadores defendiam, por exemplo, um plebiscito nacional para se decidir que rumos tomar frente a divida externa para com o FMI.

[7] O PIB refere-se ao valor agregado produzido dentro de um território independentemente da procedência dos detentores das unidades produtoras desses bens e serviços. O Produto Interno Bruto pode ser calculado sobre três aspectos. Primeiro ele pode ser analisado sob a égide da produção, nesse caso é efetuada a soma dos preços de mercado de todos os produtos dos setores primário, secundário é terciário mais o valor dos impostos menos os subsídios governamentais. Em segundo lugar o PIB pode ser calculado pelo coeficiente da renda, ou seja, "é calculado a partir das remunerações pagas dentro do território econômico de um país, sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros distribuídos; somam-se a isso os lucros não distribuídos, os impostos indiretos e a depreciação do capital e, finalmente, subtraem-se os subsídios" (Novíssimo Dicionário de Economia, organizador Paulo Sandroni. Pg. 459). Finalmente, o PIB pode ser analisado pela ótica do dispêndio, assim sendo, resulta da soma dos dispêndios em consumo das unidades familiares e do governo, mais as variações de estoques, menos as importações de mercadorias e serviços e mais as exportações. Sob essa ótica, o PIB é também denominado Despesa Interna Bruta.

[8] Dados proporcionados pela revista do Ministério da Fazenda, Economia Brasileira em Perspectiva, 5ª edição, março de 2010.

Guido Mantega, futuro Ministro da Fazenda, e o próprio presidente Lula defendiam que a imposição internacional de metas para o superávit[9] primário com intuito de saldo de dividas era "um obstáculo para o país aumentar seus gastos sociais"; nas palavras do próprio Lula: "O país não pode continuar sendo vitima da insanidade de uma política econômica que só pensa no pagamento dos juros e não pensa no pagamento de salários". "A pergunta natural feita pelos detentores de ativos importantes no sistema financeiro era, portanto, o que isso implicaria no futuro. Isto é, se pagar os juros não era prioritário, como eles seriam pagos" (GIAMBIAGI**.** 2005, p.199). O ponto central aqui não era o não pagamento da divida nacional, mas sim que a simples possibilidade de fomentar-se uma discussão sobre a temática fiscal deixava certas camadas da sociedade inquietas

> Ou seja, se parlamentares influentes do Partido manifestavam-se sobre a conveniência de realizar um plebiscito sobre a divida externa e assessores de Lula opunham-se radicalmente aos níveis de superávit primário então existentes, havia duvidas compreensíveis entre os detentores de títulos do governo brasileiro acerca de que atitude seria adotada pelo PT, caso fosse governo, quanto ao pagamento da divida externa e da sustentação de superávits primários que permitissem honrar a despesa com juros da divida externa. (GIAMBIAGI**.** 2005. p.199).

Em questão de política interna, o PT defendia também aumentar o gasto assistencial e previdenciário em até 6% do PIB. Situação que criaria tensão nos setores econômicos nacionais e que iria abrandar-se somente em 2003, com o abandono dessa postura. O discurso petista começa a mudar de tom durante o ano de 2002 já nas eleições, bem como a partir da escolha de uma figura chave para compreendermos as operações políticas e econômicas do Partido: Antonio Palocci, até então prefeito da cidade de Ribeirão Preto, posteriormente nomeado Ministro da Fazenda.

[9] Significa uma receita maior que as despesas de uma determinada economia, decorrente de uma maior arrecadação ou da diminuição de despesas. Na balança comercial, significa um valor das exportações superior ao das importações. "No balanço de pagamentos, significa que a soma de todas as entradas de divisas decorrentes das várias operações com o resto do mundo é superior às saídas de divisas originadas nessas mesmas operações. É o oposto do déficit" (SANDRONI, 1999. p.583).

> Palocci, que até então era um dos membros mais destacados do PT, começou a agir com desenvoltura e, na qualidade de coordenador do programa, foi conversando com diferentes grupos de economistas, de um lado, e com representantes do *establishment*, do outro. A visão que ele transmitia aos seus interlocutores era de que o partido tinha mudado. Em outras palavras, de certa forma, a mensagem que se tentava passar era de que o PT tinha rompido com a idéia de ruptura. (GIAMBIAGI**.** 2005. p.200).

3.2 Tópicos de continuidade

> O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde nada mais nada menos que à realização de um completo programa de classe. Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira a 'ruptura com o atual modelo econômico', mas à fração de classe que Paul Singer chamou de 'subproletariado'[10] ao analisar a estrutura social do Brasil no inicio dos anos 1980. (SINGER. 2009. p.98).

Durante a década de 1990 a economia brasileira passa por um período de intensa transformação. A abertura comercial e financeira de nossa economia para o capital estrangeiro aumentou, bem como a competitividade empresarial. O processo de privatizações se ampliou e o combate a inflação se intensificou. "No seu conjunto, tais passos constituem etapas do processo de transformação da economia, rumo a uma situação de maior competição com o exterior e envolvem o objeto de ter indicadores fiscais sólidos, inflação baixa e regras de política econômica relativamente estáveis" (GIAMBIAGI**.** 2005, p.216).

[10] Camada populacional que contem em suas características renda per capta de até dois salários mínimos, baixa escolaridade, organização e mobilização como classe trabalhadora rarefeita.

Ao assumir a Presidência da República, e ao contrario do que muitos esperavam, o governo petista não refuta tais posições, pelo contrario, o primeiro mandato de Lula é marcado pela ortodoxia macroeconômica, conforme seu comprometimento no documento intitulado Carta ao povo Brasileiro, de 22 de junho de 2002, onde se compromete com a estabilidade econômica e com o combate a inflação. Lula sustenta sua política econômica ao primeiro mandato baseado no "tripé" flutuação cambial/metas de inflação/austeridade fiscal. O governo petista também é o primeiro da república pós 1986 que não desenvolve um plano econômico próprio, procedendo dessa maneira com uma continuidade do Real, estável e de inflação controlada.

A questão fiscal era de grande importância para a comunidade internacional. Temia-se a irresponsabilidade para com os gastos durante os primeiros anos de mandato petista. As metas do superávit primário em relação ao PIB eram constantemente cobradas em manifestações de órgãos econômicos, como o FMI. A despeito dessas expectativas, o governo Lula empreende uma política econômica ortodoxa consolidando a luta pela estabilidade econômica e o controle da inflação. De outubro de 2002 a abril de 2003, o governo toma decisões que contribuíram fortemente para reduzir o grau das tensões macroeconômicas existentes ao final de 2002: I) nomeou para cargo de presidente do Banco Central o ex-presidente mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles, mantendo, inicialmente, todo o restante da diretoria anterior, em claro sinal de continuidade; II) Anunciou metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, respectivamente, que implicavam um forte declínio em relação à taxa efetivamente observada em 2002, reforçando a política antiinflacionária; III) Definiu um aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003; IV) Ordenou cortes do gasto público, para viabilizar o objetivo fiscal, deixando de lado antigas promessas de incremento do gasto.

3.3 Redução e controle da inflação

> O êxito da política de redução e controle da inflação do governo Lula é evidente, qualquer que seja o indicador utilizado. Com exceção de 2003, ano em que pesaram de maneira decisiva os desequilíbrios associados a crise de 2002, tanto em 2004 quanto em 2005 a inflação registrada ficou dentro das metas fixadas pelo

> Conselho Monetário Nacional, coisa que não ocorria desde o ano 2000. (MERCADANTE. 2006. p.71).

A inflação, no que concerne a política brasileira, é encarada hoje por todos como um consenso (senão por todos, ao menos pela maioria politicamente competitiva) de que seu combate deve vir de todos os lados, independente do alinhamento ideológico e partidário. As experiências da década de 1980 e inicio dos anos 1990 ficaram profundamente marcadas na memória da população brasileira ao passo que, negligenciar temas referentes à inflação geram enormes custos políticos, além de econômicos.

Quadro I: PIB e Inflação em comparação nos governos FHC (segundo mandato) e Lula (primeiro mandato).

	Ano	PIB (milhões)	PIB (variação/milhões)	Inflação (INPC%)
Segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso – de jan. de 1999 a dez. de 2002.	1999	1.064.999,71182	0,25%	8,43%
	2000	1.179.482,00	4,31%	5,27%
	2001	1.302.136,00	1,31%	9,44%
	2002	1.477.822,00	2,66%	14,74%
Primeiro mandato	2003	1.699.948,00	1,15%	10,38%

do governo Luis Inácio Lula da silva – de jan. de 2003 a dez. de 2006.	2004	8,00	1.941.49	5,71%	6,13%
	2005	9,0	2.147.23	3,16%	5,05%
	2006	4,00	2.369.48	3,96%	2,81%

(Fonte: IpeaData).

Como podemos observar na tabela acima, traçando uma linha comparativa entre o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato de Lula, observamos, ano a ano, um crescimento oscilantes do PIB, se nos fixarmos em seus valores percentuais, atingindo seu pico nos anos respectivos a cada governo 2000 e 2004. Também podemos atestar a continuidade do combate a inflação, onde, durante o ano de 2002 a inflação chega ao patamar de 14,74%. Devemos levar em conta ao analisar esse índice o contexto político e econômico do período retratado. Além das eleições no ano de 2002, que trouxeram o já comentado receio de agentes econômicos para com as possíveis mudanças que o governo Lula viria a realizar caso eleito, observamos também a crise econômica mundial dos países asiáticos, que, inevitavelmente afetou a economia brasileira.

Dessa maneira, o primeiro ano do Governo Lula foi marcado por uma alta expectativa inflacionária em seu principio, forçando a partir disso a equipe econômica e também o próprio presidente a adotar medidas de contenção ortodoxa, como o aumento substancial da taxa de juros, que atingiu os 23% ao ano em taxa Selic, bem como um aperto fiscal severo visando a contenção dos altos preços.

Como foi dito anteriormente, o Governo Lula é o primeiro desde a instauração da não criar um Plano econômico próprio. Podemos, a partir disso, analisar positivamente o compromisso do governo com a questão do combate a inflação.

> No caso da inflação, o plano Real foi mantido, tanto a moeda como a sua concepção básica. Nesse sentido, o governo Lula foi realmente de continuidade quando se analisa a trajetória da política

> econômica entre FHC e seu governo. Mas seria ingênuo e prematuro afirmar que tudo se resume a elementos de continuidade. Não há dúvida que o processo de transição política rumo a democracia e a vitória contra a inflação tiveram em Lula seu momento de consolidação e aprimoramento. E por isso, a manutenção da política econômica do Real foi indubitavelmente positiva para o processo de transição democrática, na medida em que trouxe continuidade de uma aspiração legítima de praticamente todos os grupos e classes sociais do país em vencer a inércia inflacionária brasileira existente desde o início dos anos 80. (BELIEIRO, 2011. p.5).

3.4 A participação do Executivo no processo de Fusões & Aquisições (F&A) empresariais

Durante a década de 1990, e mais proficuamente no decorrer dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso como Presidente da República, ocorreu o que foi chamado de abertura econômica nacional. A partir de uma lógica liberal de "enxugamento" da máquina estatal, objetivando uma maior eficiência de funções a um menor custo econômico, o governo FHC leva em frente um programa de privatizações de empresas estatais, ensejando dessa maneira o aporte de capital estrangeiro na economia nacional. Essa inserção, por sua vez, ocorreu a partir de investimentos em empresas nacionais, mas também a partir da compra e da absorção de outras empresas nacionais por empresas estrangeiras, caracterizando dessa maneira os fenômenos de fusões e aquisições durante o período.

Por sua vez, existem duas características que diferenciam o mesmo fenômeno durante o governo Lula. A primeira é a maior participação do poder Executivo no processo de F&A via financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), objetivando uma estratégia, até certo ponto, de vantagens comparativas. Ou seja, procurar-se-ia a criação grandes "campeões", em sua maioria, em setores onde já se possuía certa inserção de mercado. A segunda característica é complementar a primeira: esse financiamento via poder público buscaria, ao contrário do ocorrido em administrações anteriores, uma maior penetração do capital nacional no mercado globalizado, e não o contrário.

A critica feita a essa participação do Governo Federal dentro de um processo de mercado é justamente a de que, a partir do financiamento de grandes fusões e/ou aquisições, produzir-se-ia uma desvirtuação e até uma supressão da competição capitalista via criação de grandes empresas monopolizadoras de mercado interno.

3.5 Transição de paradigmas ou duas almas no PT?

Passamos agora ao momento final de nossa analise, qual seja, uma breve exposição acerca dos horizontes contemplados sobre a administração Lula enquanto bloco governista. Para tal nos socorreremos de dois autores: (i) Singer (2010), que em seu artigo intitulado "A Segunda Alma do Partido dos Trabalhadores" afirma existir dentro do PT duas vertentes que, ao passo que se dão ao enfrentamento e ao debate intra-partidário, moldariam as características e os caminhos tomados pelo PT enquanto governo; e (ii) Guimarães[11] (2004), que vê no Partido dos Trabalhadores uma coalizão de forças, que estaria paulatinamente modificando a política nacional, operando uma verdadeira transição paradigmática.

Quanto ao primeiro, retiramos de suas reflexões sobre o tema a seguinte proposição: no PT existiriam duas vertentes dominantes, dois "espíritos". Um alinhado ao PT de 1980 e sua luta pela transformação socialista, e outro alinhado a um PT muito mais pragmático, economicamente e politicamente falando. Conforme Singer, embora a ala pragmática predominar do governo, "eles convivem lado a lado, como se um quisesse desconhecer a existência do outro" [12].

Do segundo, que existe uma crise de paradigmas, mais precisamente do paradigma neoliberal enquanto conformação de Estado (Estado mínimo, que não interfira na esfera do mercado). A partir disso, o governo Lula é eleito e parte para realizar uma transição paradigmática: do antecessor paradigma neoliberal em crise, para um novo empreendido por sua administração, um "paradigma republicano". Tal paradigma republicano exposto por Guimarães caracterizar-se-ia pela intervenção do estado na esfera pública com preocupações muito maiores no tocante a área social (combate a exclusão, distribuição de renda, políticas de emprego e de crédito levadas em frente pelo governo federal)

[11] Guimarães, Juarez. *A Esperança Equilibrista – O governo Lula em tempos de transição*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
[12] (Singer, 2010, p. 108).

Conclusão

Com a eleição de Luis Inácio Lula da silva, ocorre um fato novo na política brasileira: além da consolidação democrática da tomada do poder por sufrágio de um partido de esquerda no Brasil, observamos um novo tipo de condução econômica por parte do Estado. Em nossas conclusões finais podemos afirmar que a política econômica administrada durante o governo Lula operou em duplo eixo. Manteve a política de combate a inflação empreendida desde a década de 1980 com as políticas heterodoxas, passando pelo governo FHC e a consolidação da estabilidade econômica a partir de uma solução ortodoxa, bem como vimos que essa posição anti-inflação no Brasil é nos dias de hoje um consenso político de todas as partes que almejam chegar ao poder. Respeitando a política macroeconômica com feições de ortodoxia monetária baseada no tripé flutuação cambial/metas de inflação/austeridade fiscal, o que caracterizamos como continuidade ao que havia sido feito anteriormente pelo governo Fernando Henrique, Lula inovou, em seu primeiro mandato, ao conciliar a isso estratégias de transferência de renda e aquecimento interno da economia (como o programa Bolsa Família) sem criar acomodação por parte do empresariado, aumentando o poder de compra do eleitorado de baixa renda, o que classificamos como ruptura.

Também devemos em nossas considerações finais frisar outra relação de continuidade/ruptura ocorrida durante o primeiro mandato do governo petista. O abandono de posições radicalizadas anteriormente defendidas por membros do PT marca a aproximação do partido com o centro político. A moderação petista apesar de decepcionar alguns, foi sem dúvida fator central para o sucesso do primeiro governo de Lula. Um candidato que era até então temido por suas posições criticas ao sistema político e econômico brasileiro, converte-se, ao final de seu primeiro mandato, em um governante pró-capital nacional.

Referencias Bibliográficas

VOLPON, Tony. **A Globalização e a Política:** de FHC a Lula. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PALOCCI, Antonio. **Sobre Formigas e Cigarras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MERCADANTE, Antonio. **Brasil Primeiro Tempo**. São Paulo: Planeta, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KENNEDY, Peter. **Introdução a Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1982.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1999.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do Lulismo**. In. CEBRAP Novos Estudos, 2009.

_____. **A Segunda Alma do Partido dos Trabalhadores**. In. CEBRAP Novos Estudos, 2010.

GIAMBIAGI, Fabio. **Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula**. In. Economia Brasileira contemporânea: 1945-2004, Campus, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. Carlos. **A crise financeira global e depois:** Um novo capitalismo?. In. CEBRAP Novos Estudos, 2010.

ARIDA, Persio. **Inflação Zero**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1886.

TOLEDO, Roberto. Pompeu de. **O presidente segundo o sociólogo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BELIEIRO Jr, José Carlos Martines. **Um novo Capitalismo no Brasil? Fusões & Aquisições no Governo Lula.** Curitiba: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011.

GUIMARÃES, Juarez. **A Esperança Equilibrista – O governo Lula em tempos de transição**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

RITUAL DE INICIAÇÃO NO CANDOMBLÉ DE *KETÚ*: UMA EXPERIÊNCIA ANTROPOLÓGICA [1]

Caroline Gorski [2]

Resumo: Este artigo é resultado de uma breve análise teórica, com base no diário pessoal resultante de uma escolha particular de iniciação e de uma experiência antropológica com o Ritual de Iniciação no Candomblé de *Ketú*, Religião esta de matriz africana e rito este também conhecido como "fazer o santo". Busco estabelecer o diálogo entre a teoria antropológica e a prática pessoal, aproximando as identidades que me conformam como uma iniciada na religião e como estudante de antropologia no exercício de distanciamento e aproximação inerentes ao campo. A reflexão teórica proposta encontra seu bojo no estruturalismo, tendo como eixo norteador a classificação ritualística de Van Gennep (1978) que decompõe o Rito de passagem em: Ritos de separação, Ritos de margem e Ritos de agregação. A partir desta estruturação procurarei explorar as informações coletadas em campo a cerca do Ritual de Iniciação para um entendimento teórico-antropológico desta religião. Pretende-se ainda, através do distanciamento entre a experimentação pessoal e antropológica, encontrar a estrutura ritual e seus desdobramentos ritualísticos a fim de perceber a "eficácia simbólica" (LÉVI-STRAUSS, 1975) da prática ritual.

Palavras-chave: Ritual de Iniciação, ritos de passagem, Candomblé de *Ketú.*

O campo e a escolha: faces da experiência

> O rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagens e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns de um grupo (SEGALEN, 2001, p.31).

Movida pela curiosidade em relação à religião e suas práticas já havia visitado alguns terreiros [3], conhecidos como *Ìlé*, na língua Yorubá, pelos praticantes. Destas

[1] Artigo resultante do trabalho final da disciplina de Antropologia: Mito e Ritual (HZ466B) ministrada no segundo semestre de 2011 pela Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

[2] Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Endereço eletrônico: carolinegmaraujo@gmail.com.

visitas e contatos que estabeleci fui convidada por conhecidos nestes espaços para a festa de 15 anos de um *Bàbálorisá,* conhecido também como pai de santo, da região da Grande Florianópolis em Santa Catarina.

Nesta festa, estando o *Bàbálorisá* em transe, sua divindade veio em minha direção, me abraçou e estendeu seus braços para o interior do salão sinalizando que eu era bem-vinda naquela casa. A partir desta primeira aproximação conversei com o *Bàbálorisá* no final da festa e marquei um jogo de búzios [4] na semana seguinte. É importante ressaltar que esta aproximação naquele momento não se tratava da escolha por um campo de pesquisa, mas de uma experiência pessoal na religião. Uma tarde de adivinhações em torno do jogo de búzios e a receptividade do *Bàbálorisá* motivaram meu retorno por muitas vezes a casa. Os rituais repletos de símbolos, cores, cheiros, performances e cantigas provocaram-me inquietação, os problemas de saúde que já estavam agravados naquele ano contribuíram para a minha entrada na casa, pois quando estava naquele espaço as dores diminuíam e comecei e acreditar que havia algo além do que eu poderia ver agindo nas pessoas e em mim. Afinal "o rito situa-se definitivamente no ato de acreditar em seu efeito, através das práticas de simbolização" (SEGALEN, 2002, p.31).

Marcado outro jogo de búzios, alguns meses depois de já estar frequentando a casa, as divindades respondiam ao jogo e pediam por minha iniciação a fim de restabelecerem minha saúde. Cabe ressaltar que tanto o meu pai de santo como os irmãos de santo mais próximos sabiam da minha condição de estudante de antropologia. A idéia me assustou por entender que a escolha pelo candomblé, segundo os praticantes, é um caminho sem volta, e o custo financeiro, na região sul do país, pode variar de 5 a 10 mil reais para uma iniciação sem grandes luxos com os preparativos e adereços que compõem este ritual. Esta narrativa do jogo de búzios permite o leitor compreender em que momento se dá a aproximação com a narrativa mítica e a sua possível eficácia, como acontece no parto descrito por Lévi-Strauss (1975) em que o canto entoado pelo xamã consiste na busca da "alma perdida" da mãe que se encontrava em dificuldades, podendo se fazer alusão ao jogo de búzios como parte do processo para o ritual de

---

[3] "É importante destacar que o Candomblé é um espaço de unidade e de sentidos. Cada núcleo – ou terreiro – é uma unidade social na qual a cultura afro-brasileira se perpetua. Se a religião é uma maneira de se comportar e de se relacionar em comunidade, é no terreiro que os sistemas simbólicos do Candomblé são construídos" Ver mais em: OLIVEIRA, Cristina do N. Discursos do Sagrado: O uso estratégico da linguagem em praticas do Candomblé. In: **Anais**, XI CONLAB, UFBA, 2011.

[4] "Quando alguém vai a uma casa de candomblé e se queixa de uma aflição, seguindo o modelo oficial do *ketú*, aquilo que uma mãe-de-santo faz em primeiro lugar é *jogar os búzios*. Este oráculo dirá ao paciente quem são os seus orixás e quais as causas dos seus males". Ver mais em: SANSI, Roger. Fazer o santo: dom, iniciação e historicidade nas religiões afro-brasileiras. In: **Análise Social**, vol. XLIV (1.º), 2009.

iniciação, em que a narrativa do pai de santo, através dos *orisás*, é feita para que a minha "saúde perdida" seja restabelecida.

Os motivos pessoais já mencionados e a inquietação diante do novo e do diferente contribuíram para que eu considerasse a iniciação como uma alternativa para as doenças que afligiam o meu corpo físico, entendendo a iniciação como um trabalho rígido e pré-determinado, mas que pode variar em pequenos detalhes conforme o desejo do *orisá* (divindade) pessoal, o qual é consultado através do jogo de búzios. Assim como no rito de cura xamanística descrito por Lévi-Strauss (1975) como a parteira já não conseguira êxito no parto, chama-se então o xamã, ou seja, como a medicina convencional já não surtia mais efeito sobre o meu corpo, a intervenção do pai de santo se fez necessário assim como "o xamã, assistido por seus espíritos protetores empreende uma viagem ao mundo sobrenatural para arrancar o duplo do espírito maligno que o capturou e, restituindo-o ao seu proprietário, assegura a cura" (1975, p.217) o pai de santo se colocou frente aos *orisás* com o objetivo de restabelecer a cura do meu corpo físico e espiritual.

Decidida, então conversei com o *Bàbálorisá* e começamos a listar todo o material necessário e marcamos a data. Meu pai de santo costurou todo o meu enxoval, que compreende as roupas "de ração" (utilizadas nas tarefas diárias do terreiro), roupa de cama para os 14 dias, e as roupas ritualísticas para a saída do chão, quando terminam os 14 dias [5] de reclusão e por fim os trajes de luxo, para a festa aberta a comunidade onde se apresenta o iniciado. Até o momento era conhecida na família de santo como *abian* termo utilizado para designar aquele que está se preparando para a Iniciação.

Quando percebi, após dois meses de preparativos, tudo estava pronto: os animais para sacrifício, os objetos ritualísticos, a comida para os 14 dias, o enxoval, artefatos para a feitura dos fios de conta (miçangas e firmas) e dos fios *contra-eguns* (trançados de palha-da-costa para as pernas, braços e cintura) e os artefatos do assentamento (conjunto de objetos que remetem a divindade e que estabelece o elo de ligação entre a pessoa e sua divindade) do *orisá*. Amigos e família ajudaram e me recolhi, para o início da Obrigação [6] em 29/10/2009. Ao se recolher nada se leva para dentro do terreiro que

[5] O tempo de 14 dias foi determinado na minha obrigação, mas pode variar podendo chegar a 30 dias, dependendo da divindade a ser iniciada.

[6] "Muitas filhas-de-santo afirmam que não se iniciaram por vontade própria, mas porque um orixá, caboclo ou entidade as obrigou a oferecer a sua devoção (a noção de "obrigação" é central no candomblé, muito mais do que a idéia abstracta de "fé"). Essas entidades podem causar aflições físicas, mentais e sociais se as pessoas que eles querem "para si" não cumprirem as suas obrigações para com eles". Ver mais em: SANSI, Roger. Fazer o santo: dom, iniciação e historicidade nas religiões afro-brasileiras. In: **Análise Social**, vol. XLIV (1.º), 2009.

te conecte com o mundo exterior como relógio, celular, e outros objetos. Foi-me permitido usar um caderno para tomar notas das minhas experiências, já que não poderia falar com outras pessoas, resultando em diário de campo que utilizo neste artigo. Este momento pode ser entendido como um rompimento com ordinário da minha vida e da rotina do terreiro, pois ao entrar para a iniciação meu contato com o mundo exterior foi interrompido, pois os irmãos de santo só podem falar com o iniciado com a autorização do pai de santo, mantendo uma rotina de purificação do corpo ao chegar na casa para entrar em contato com o *iaô,* termo utilizado para identificar o iniciado, e somente por este nome fui chamada durante toda a iniciação. Vive-se o extraordinário tanto na roça (termo usado pelos praticantes para se referir aos espaços de uso comum no terreiro) quanto na vida do *iaô,* onde o tempo, as práticas e a relação com mundo são estabelecidas por outra ordem de valor e medida.

O ritual de iniciação

"Descarregadas todas as coisas do carro para o ritual, me despeço dos amigos, e entro no terreiro" [7]. Para descrever o ritual, partirei da concepção de Van Gennep (1978), entendendo o rito como um fenômeno com espaço próprio e independente. Usarei a classificação ritualística de Van Gennep (1978) que decompõe o Rito de passagem, aqui analisado como Rito de iniciação, em Ritos de separação, Ritos de margem e Ritos de agregação. Porém "estas três categorias secundárias não são igualmente desenvolvidas em uma mesma população nem em um mesmo conjunto cerimonial" (VAN GENEPP, 1978, p.30), sendo assim utilizarei, segundo Van Genepp "(...) o esquema completo dos ritos de passagem admite em teoria ritos preliminares (separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação) (...)" (1978, p.30). Considerando ainda, a passagem do profano ao sagrado que permeia as etapas do rito, agregando símbolos rituais que permitem visualizar estes conceitos dentro de um fenômeno total (MAUSS E HUBERT, 1981).

Os ritos preliminares já foram brevemente descritos no tópico anterior que podem ter seu início no jogo de búzios com a decisão do *abian* em dar continuidade ao processo e a decisão do *Bàbálorisá* em iniciar o *abian.* Culminando nos preparativos

[7] Diário de campo de Caroline Gorski.

que são acompanhados de outros jogos de búzios para confirmação do *orisá* e as oferendas que deseja receber durante a obrigação (termo utilizado na casa para se referir ao Rito de Iniciação). Seqüenciado pela passagem do ordinário ao extraordinário com a entrada no dia de recolhimento para a primeira etapa do ritual de iniciação que chamarei de "Ritual secundário de limpeza e oferenda", com base no esquema de Van Gennep.

O rompimento com o mundo exterior ao terreiro só será concretizado depois do ritual secundário de limpeza e oferenda. Composto por três ritos menores que acontecem fora do terreiro. Conforme a descrição do diário de campo:

> Ao entrar na casa fui instruída a permanecer com a roupa do corpo até que a limpeza iniciasse, na cozinha os filhos de santo preparavam as comidas e oferenda para o ritual. Dormimos das 5 às 7 horas da manhã, quando saímos em direção à praia para a primeira etapa de limpeza. Logo que chegamos o pai de santo falou que aquele momento representava uma segunda chance para começar de novo, deixar as coisas ruins para trás e desejar coisas boas. Cavou-se um buraco na areia atrás de mim e enquanto eu segurava um pedaço de tecido branco e outro vermelho, o pai passava punhados de grãos e pedia para que *Yemanjá* me abençoasse. Depois semeei meus pedidos na areia. Meu *yãn* de *Yemanjá*, o *otá* (pedra que representa minha cabeça e que ficará dentro do assentamento do *orisá*) e um *orogbô* (fruto africano) estavam na bacia de água junto ao arroz branco. Diante do mar lancei o *orogbô* e entreguei o tecido branco a *Yemanjá*. O pai de santo lavou a minha cabeça com a água do mar e fomos para a cachoeira. Chegando a cachoeira, primeiramente foi feito *egbó* (termo para se referir a uma oferenda a um *orisá*) junto a uma árvore na beira do rio para *Ossâim*. Em seguida iniciou-se o ritual da cachoeira, me sentei com os pés na água. Foram colocadas flores brancas em outra pedra na minha frente, meu pai saudava *Osún*, e ali foi cortado parte do meu cabelo para que os caminhos da minha vida fossem abertos, um punhado foi lançado às águas para *Osún*, minha divindade, e o restante enrolado em um pano branco. Fiquei então de *jocô* (de joelhos) na beira da cachoeira e o pai de santo lavou minha cabeça com água da cachoeira e outros ingredientes rituais. Terminado com muita emoção, voltamos à casa de santo. Ao retornar para o terreiro fui encaminhada ao banho e ao descanso no *roncó* (quarto sagrado onde o *iaô* fica durante a obrigação), onde continha um prato de *epô* (canjica) com 5 *acaçás* (massa feita cozida e enrolada em folha de bananeira a base de farinha de canjica) foi colocado o restante do meu cabelo que estava no pano branco (...).

O retorno a casa vem acompanhado pela conversa com o *Bàbálorisá* que passa as restrições a serem cumpridas durante os 14 dias. O *iaô* não poderá olhar nos olhos de ninguém e principalmente do *Bàbálorisá*, não poderá manusear facas e outros talheres, pois a alimentação será feita com as mãos em louça de ágata. Haverá uma mãe-criadeira, responsável por cuidar do *iaô* cozinhando, dando banho e orientando. Não poderá ser usada nenhuma roupa que não seja branca, o uso de roupas íntimas foi restringido a peças claras e discretas, o uso de cosméticos, perfumes, aparelhos eletrônicos, e qualquer coisa que remeta a sua vida fora do *roncó* foi suspenso. As proibições para o rompimento com a vida ordinária marcam o estágio de liminaridade, segundo Turner, ou seja, "as entidades não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre

as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial" (1974, p.117).

O esquema ritual proposto por Van Gennep pode ser identificado, mas entendendo que um perpassa o outro na composição do todo ritualístico. Sendo assim, mesmo o *iaô* se encontrando em estado de liminaridade, ainda estamos nos ritos preliminares, considerando que nos dias que se seguem até a raspagem e oferenda ao *orisá* do *iaô*, acontecem outros *ebós*, conforme o diário de campo:

> Na noite do dia 30/10/2009 após comer e receber meu *rumbé* (ensinamentos) pela *Ekede* da casa- *Ajoiê* (cargo atribuído a mulheres que não entram em transe) como as cantigas antes de comer e depois de comer, iniciou-se *egbós* (oferendas) a *Babá-Egun* saudando minha ancestralidade. O segundo *egbó* foi para *Esú* que guardará e protegerá toda a obrigação e o terceiro foi para *Iyá-Mi Osorongá* para que todo feitiço fosse desfeito e a minha saúde fosse restabelecida. Todos os *egbós* desta noite foram acompanhados de confirmações junto às divindades que davam como aceitas as oferendas, as cantigas (rezas) entoadas a cada etapa do processo ritual e a presença de cada irmão naquele momento. Terminado tudo fui recolhida ao *roncó*.

Restringi a descrição dos *egbós* por entender que a preocupação é demonstrar a estrutura ritual, com seu conjunto de procedimentos que compreende: a linguagem corporal, as cantigas, os trajes, o cuidado com o corpo e o espaço físico, as pessoas que compõem o rito, os instrumentos entre outros. Esses elementos contribuem para a construção do cenário que revive a narrativa mítica do candomblé e seus deuses - Os *Orisás*, durante o ritual de Iniciação, culminando na "eficácia simbólica" (LÉVI-STRAUSS,1975) ao final da Iniciação, pois o rito constitui aqui "uma medicação puramente psicológica, (...) o canto (o próprio ritual) constitui uma manipulação psicológica do órgão doente, e que a cura é esperada desta manipulação" (1975, p.221), assim como a minha era esperada neste ritual.

Terminara a limpeza e os *egbós* iniciais, o *iaô* está pronto para o segundo momento dentro do Ritual de Iniciação que chamarei de "Ritual secundário da cabeça", já compondo os ritos de margem ou liminares (VAN GENNEP, 1978).

O *iaô* já se encontra imerso nos ritos, momento este que evidencia mais uma vez que "(...) a liminaridade dos ritos de passagem está ligada à ambigüidade gerada pelo isolamento e pela individualização dos noviços. É, portanto, a experiência de estar fora-do-mundo que engendra e marca os estados liminares, não o oposto" (DAMATTA, 1999, p.17). O Ritual secundário da cabeça inicia-se com a preparação para um rito considerado importante que antecede a raspagem da cabeça, o *Bori*, rito conhecido como "dar de comer a cabeça", como descreve Sansi "a cabeça é um receptor de poder e

"dar de comer a cabeça" é, de facto, "fechar o corpo", protegendo-o dos feitiços. Este ritual supõe a celebração de uma aliança com o orixá porque é em cima da cabeça, no *ori*, que os orixás se apoderam do seu devoto" (2009, p.143). Segue abaixo a descrição do *Bori*:

> No 3º dia da obrigação, após acordar e me alimentar ajudei na cozinha com o pouco que me era permitido, pois o ritual que acontecera no início da noite era muito importante, daria de comer a minha cabeça – faria um *Bori* (...) logo que as pessoas começaram a chegar fui levada ao *roncó* para não ficar exposta as energias externas a casa. Na parte da tarde fiz meus *contra-egúns* (tranças de palha) e a trança que seguraria minha *Ekodidé* (pena vermelha de uma ave africana que representa o rito de passagem e será utilizada nas obrigações em outros anos) na cabeça e preparei minha roupa para noite. Tomei meu primeiro banho com sabão da costa e com água do cozimento da canjica. Fui chamada para o ritual, sentei na esteira que estava coberta com um lençol branco. Na minha frente estava meu *Igbá Orí* (sopeira de louça que contém os itens ritualísticos que fazem referência a cabeça do *iaô*) e uma quartinha com água. Havia um verdadeiro banquete colocado a frente com um arranjo de frutas, e os pratos com as comidas dos *orisás* considerados os primeiros a pisarem em *Ayê* (terra). Além, das comidas de santo, havia doces variados: manjar, biscoitos caseiros, broas, panetone, pão doce, bolo, suspiros, quindim, pêssego em caldas, entre outros doces de cor branca e amarela que remetem a *Osún*. Havia flores brancas, uma vela de sete dias, champanhe para o brinde. Uma mesa linda e farta. O *bori* começou (...) foi cortado uma galinha branca, uma *conquem* (galinha d' angola) (...), foi cortado ainda uma juriti branca e um peixe grande. O *ejé* (sangue) escorria na minha cabeça e pelo meu corpo. O *igbá* foi enfeitado com penas, assim como a minha cabeça. Uma porção de cada comida que havia nas esteiras estendidas foram colocadas no meu *egbá* e comi uma pequena porção de todas (...). Tudo com rezas e cantigas. Terminado o pai de santo brindou minha vida, minha cabeça, e assim cada filho de santo também fez, por ordem de idade de santo do mais velho ao mais novo. Depois todos se serviram das comidas e eu fui recolhida ao *roncó*. Na cabeça da minha esteira, no *roncó* foram colocadas as comidas e frutas do *bori*, juntamente com o *Igbá* e a quartinha. O quarto dia foi de descanso (...). O quinto dia sexta-feira, dia de *Osalá*, o pai de santo tirou tudo que estava na minha cabeça do *Bori* e lavou com banho de folha (preparado de ervas para banho de limpeza), sabão da costa e por última água de coco. Nesta tarde o pai de santo montou o *Igbá de Osún* (assentamento do *orisá*), eu limpei o *roncó* e aguardei o ritual da noite (...).

Este rito pode ser compreendido como o marco da passagem do sagrado ao profano neste processo descrito até agora, por entender que é o momento de aproximação com a divindade, através do sacrifício não só animal, mas também do *iaô*, que diante do grupo social, evidenciado na família de santo, afirma seu compromisso com o grupo, conforme descreve bastante bem Mauss e Hubert: "O sacrifício é uma instituição, um fenômeno social. (...) Se acreditamos no sacrifício, se ele é eficaz, é por ser um ato social. (...) Do ponto de vista, é concebido como sagrado tudo aquilo que, para o grupo e seus membros qualifica a sociedade" (1981, p.16-17).

A primeira semana terminara com rito maior da obrigação considerada a terceira e última etapa dentro dos ritos liminares, que denominei de "Rito secundário da feitura e

transe". Neste momento o *iaô* estabelecerá a conexão com a divindade através do transe, este propiciado pelo sacrifício animal e corporal do *iaô* durante o rito. Como podemos observar a seguir:

> Este ritual acontecera pela manhã, diferente dos anteriores, estava ansiosa fui a primeira a acordar na roça, recebi meu café no *roncó*, trazido pela *Ajoiê*, ela conversou comigo e falou sobre a importância do nascer para o *Orisá*, que se trata de algo para vida toda. O assento de *Osún* estava pronto pediram para que eu separasse a roupa para o rito, então fui encaminhada para o banho. Vesti-me diferente dos outros dias, hoje sem blusa, apenas com o *atacã* (faixa de tecido que abraça os seios até abaixo do umbigo, finalizado com um grande laço na frente). A minha racionalidade tornou o momento difícil, pois no *roncó* já estavam o *Alagbê* (considerado um pai pequeno) e o *Ologbé* (cargo sacerdotal para sangrar animais) e a minha nudez ficou exposta, constrangida já não conseguia mais me concentrar. Fui levada ao salão principal e ao som dos atabaques cantaram para *Osún*, dancei junto ao pai de santo que começou a me girar na frente dos atabaques. Senti-me segura como se algo me segurasse, (...) então fui conduzida ao *roncó* novamente. Neste momento estava em transe, com uma sensação de sonolência que lembra o primeiro estágio do sono, ouvia as vozes de longe. Sentada em um *aperê* (banquinho de madeira) começou a raspagem, senti meus cabelos sendo cortados e a lâmina deslizando sob a minha cabeça. Terminada a raspagem vieram as curas (cortes), a primeira foi na cabeça, senti a lâmina, mas nenhuma dor, então foi colocado o *adoxo* (massa a base de sabão de coco, banha de ori e favas) na cura. Outras curas foram feitas nos braços, costas, pés, mãos, costeletas, entre as sobrancelhas, em seguida foi passado *oagi* (pó azul extraído de uma semente e usado em vários rituais no candomblé). Colocou-se o *ikelê* (colar feitos com vários fios de contas na cor do *orisá*, separados por firmas) no meu pescoço, que só pode ser tirado quando eu fosse pra casa. Colocado também o *mocã* (considerado o fio de contas que marca sua iniciação, é uma trança de palha da costa que tem que chegar na altura do umbigo) e ainda os *xaurôs* (guizos) foram amarrados nos meus tornozelos para espantar espíritos ruins com o barulho. *Osún* foi levada ao salão dançou um pouco e retornou ao *roncó*. Arrumaram a cama de folhas, trazidas do *egbó* de cachoeira, e sobre as folhas colocaram a *enim* (esteira). Rezou-se a *ekodidé* e colocou-se a bacia de ágata com o assento de *osún* dentro, sobre o meu colo. Então o *orô* (matança/sacrifício) começou. O sangue era derramado na minha cabeça e no assentamento, não conseguia abrir meus olhos, as vozes foram ficando cada vez mais longe. Terminado o *orô* que iniciou às 10 horas e findou por volta das 14 horas, segundo o que me contaram, pois eu não tinha relógio. Participaram somente os filhos de santo com cargo na casa. Acordada, pude ver meu corpo coberto de sangue, penas e flores, assim como o assentamento de *Osún*. Tirou-se a roupa molhada, pois estava muito frio naquele dia, o pai de santo conversou comigo (...) e dormi logo em seguida.

Após este ritual o *iaô* está concretamente iniciado, porém continua na liminaridade, com todas as restrições e agora mantendo a cabeça baixa em todo momento, não podendo dormir de barriga para cima, pois pode atrair espíritos ruins, já que está com o corpo aberto pelas curas e com a divindade próxima. O sacrifício é um componente ritual, importante no estabelecimento da ponte entre o sagrado e o profano, implicando sempre na consagração, que através do sofrimento, seja ele animal ou individual, vem expiar algo, que agora por merecimento é alcançado mediante ao ato

sacrificial. Este processo de consagração do todo envolvido no ato sacrificial pode ser traduzido pelo próprio conceito de religião, religar e restabelecer a relação. (MAUSS E HUBERT, 1981). Esta etapa do processo ritual também pode ser entendida como o recontar e o reviver da narrativa mítica que proporciona a ligação entre o sagrado representado no *orisá,* e o profano na iniciada e manifesta na sua doença (LÉVI-STRAUSS,1975) .

Para chegarmos aos Ritos de agregação ou pós-liminares (VAN GENNEP, 1978), temos ainda os ritos preparatórios para a agregação que denominei de "Ritos secundários para saída". Durante a semana destes ritos, que obrigatoriamente tem sete dias a casa fica a luz de velas, é feito defumação todas as noites, e o *iaô* é pintado com *ossum* (pó vermelho extraídos de semente), *efun* (pó branco) e *oagi* (pó azul extraídos de sementes), representando a galinha d' angola que define Vogel:

> A cosmologia afro-brasileira incorpora a galinha d' angola como personagem de muitos dos seus mitos, contados nos *terreiros.* Confere-lhe ao mesmo tempo, um lugar de honra no sistema sacrificial. Vai mesmo a ponto de construí-la e mostrá-la como artefato simbólico nas cerimônias de iniciação (2001, p.24).

Já com o corpo pintado o *iaô* dança para sua divindade no salão e entra em transe a cada dia, para que se acostume com a energia da divindade e para que ambos: *iaô* e divindade recebam o *rumbê* (ensinamentos) e o *iaô* aprenda a dança do *orisá* para contar a sua história no salão. Para Sansi:

> "Fazer o santo" é um processo muito concreto e material: não é só uma educação sobre mitos, cantigas e rezas, é também um *habitus* corporal do santo. Para tal, a iniciada deve aprender as técnicas do corpo essenciais para a iniciação, fazer oferendas e construir altares. É um processo dialético de objetivação e apropriação, no qual o "santo" é construído, concretizado no altar e no corpo (2009, p.144).

É chegado o dia da saída caracterizando os Ritos de agregação ou pós-liminares conforme o diário de campo:

> O dia começou cedo, pela manhã após comer e os irmãos de santo chegarem. Iniciou-se o ritual onde *Osún* daria seu nome em público. Fui vestida com uma roupa ritualística especial para ocasião. Antes de sair do *roncó* o pai de santo veio conversar comigo e explicou o que aconteceria, assim foram todos os dias, eu só sabia o que iria acontecer minutos antes do rito. Me entregou um papel com o nome de *Osún*, que disse ter escutado na noite passada de *perfuré* (defumação e pintura do *iaô*) quando saí do transe e *Osún* passou por ele. Compartilhei o meu medo, pois *Osún* não me deixava abrir os olhos quem diria falar. Ele me alertou para que eu ficasse tranqüila, pois os deuses sabem quando precisam se manifestar. Sendo assim, o rito aconteceu e quando *Osún* gritou seu nome na frente dos atabaques, algo 'mágico' aconteceu: todos os filhos iniciados entraram em transe com suas divindades dando seu *ilá* (som emitido pelo *orisá* como saudação e todos os sons são

> diferentes). Terminado o rito, fui recolhida ao *roncó* onde passei o dia até o horário da festa que aconteceria às 16 horas. Durante as horas de espera o pai de santo passou as instruções da festa e pediu para que ficasse tranqüila, o processo estava terminando, eu já não tinha mais nenhuma dor no corpo, e estava dançando lindamente com *Osún*. Durante a festa eu vestiria duas roupas: uma branca para apresentação pública de que fui iniciada e a segunda roupa do *rún* (roupa de luxo que é vestida já com o *iaô* em transe e faz referência nas cores e ornamentos ao *orisá*). (...) Iniciada a festa fui conduzida ao salão e de cabeça baixa permaneci, não podia olhar nos olhos de ninguém, estavam ali presentes: minha mãe, amigos, filhos de santo de outras casas e convidados do pai. Dancei e cantei, quando de repente fui conduzida para frente dos atabaques e o pai de santo começou a chamar *Osún*, em transe foi conduzida ao *roncó* para trocar a roupa. Em transe me lembro de pouca coisa, *Osún* entrou no salão dançou e contou a sua história, escutei pouca coisa, foi o dia que menos tenho lembranças. *Osún* recebeu flores e foi saudada por todos. Terminado o ritual aconteceu o jantar, que teve estrogonofe de frango, uma exigência minha foi que a carne utilizada seria toda da matança. As pessoas foram embora após 4 horas de festa, a minha sensação é que havia passado apenas alguns minutos. O pai de santo juntamente com a *Ajoiê* fizeram a quebra de preceitos para que eu pudesse ir pra casa ainda naquela noite. Esta quebra de preceitos possibilitaria que eu fizesse algumas coisas que eu não podia durante o recolhimento como: mexer com fogo, olhar no espelho (dizem que não pode se olhar no espelho durante a feitura, pois o *orisá* está muito próximo e pode chegar) e sentar em cadeiras (...). O *iquelê* foi retirado, mas eu teria que usar os *contra-eguns* por 60 dias.

Os ritos de saída representam o momento onde o *iaô* e a casa-de-santo prestam satisfação a comunidade religiosa das obrigações que ocorreram, no mesmo dia algumas restrições são abolidas permitindo que o *iaô* retorne para casa. Porém a agregação ao convívio social não se dá por completo no dia da saída, os preceitos ou restrições permanecem por mais sessenta dias, fora algumas restrições alimentares que podem ser para toda a vida. O tabu alimentar está muito presente no candomblé como forma de quizila, pois os filhos de santo têm restrições alimentares dependendo do seu tempo de iniciado, e dependendo ainda do seu *Orisá* [8].

Estas proibições que permanecem como: dormir na esteira, cobrir a cabeça ao sair na rua, comer com a mão, rezar antes das refeições, não manter relações sexuais, não beber e nem fazer uso de outras substâncias, usar somente roupas claras, caracterizam uma passagem gradual da liminaridade a integração social fora e dentro do terreiro.

O objetivo na minha escolha pelo ritual de iniciação foi alcançado. Hoje, passados três anos dos ritos, a minha saúde permanece estável não apresentando o quadro inicial que motivou a minha entrada na vida religiosa. Segundo Rabelo "a cura

[8] Ver mais sobre: NADALINI, Ana Paula. Mitologia e práticas alimentares do povo de santo e Orixás. In: **IV Encontro Regional Sul de História Oral** - Culturas Memórias e identidades, 2007, Florianópolis. Encontro Regional Sul de História Oral. Caderno de programação e resumos. Florianópolis: ABHO, 2007.

consistiria, assim, não no retorno ao estado inicial, anterior à doença, mas na inserção do doente em um novo contexto de experiência" (1993, p.49).

Partindo ainda de uma análise sobre a eficácia simbólica, poderia dizer segundo Lévi-Strauss (1975), que a crença na magia propiciada pelo Ritual de Iniciação, a crença do *Babalorisá* na sua prática para fazer a troca de vida, a minha crença na cura e dos irmãos de santo que participaram dos ritos, resultam na complexidade da eficácia simbólica em que:

> A carga simbólica de tais atos torna-os próprios para constituírem uma linguagem: certamente, (...), não pela palavra, mas por meio de operações concretas, verdadeiros ritos que atravessam a tela da consciência sem encontrar obstáculo, para levar sua mensagem diretamente ao inconsciente (LÉVI-STRAUSS, 1975, p.231).

Considerações finais

Por fim, não poderia deixar de fazer uma breve reflexão sobre tornar uma experiência pessoal em uma etnografia e em como a relação com o campo e a teoria dialogaram com a prática ritual que vivenciei. A escolha por iniciar-me veio acompanhada não somente na crença da cura, esta foi construída desde o primeiro jogo de búzios e durante o ritual de iniciação, mas da inquietação que move o antropólogo. Esta curiosidade demasiada pelo diferente foi fundamental na minha decisão em compartilhar o processo de cura que vivenciei através da narrativa mítica do candomblé de *Ketú*. Ao ler o texto "Ser Afetado" de Favret-Saada minhas incomodações quanto ao compartilhar este processo ritual foram amenizadas e por isso empresto suas palavras para descrever a minha experiência:

> Na época, aliás, não sabia muito bem para que ou por que queria poder compreender, se pra mim, para a antropologia (...). Mas, eu organizava meu diário de campo para que servisse mais tarde a uma operação de conhecimento (...) como eu não estaria mais "enfeitiçada", apenas "reenfeitiçada" – compreende-lo eventualmente (FAVRET-SAADA, 1990, p.5).

A minha aproximação foi mais do que uma observação participante fui afetada pelo sistema ritualístico do candomblé de *Ketú*, pois considero que a minha formação como futura antropóloga é anterior ao processo ritual vivenciado, influenciando assim o meu olhar sobre aquele universo mítico onde eu era a nativa com uma relação social

estabelecida com o grupo. Resultando no diário pessoal transposto nesta perspectiva de análise do Ritual de Iniciação, com base na estrutura proposta por Van Gennep (1978) para identificar e compreender os processos específicos, através dos quais ocorre uma transformação em todos os envolvidos no ritual "ou seja, para que exista rito é preciso que exista um certo número de operações, gestos, palavras e objetos, que exista a crença numa espécie de transcendência"(SEGALEN, 2002, p.33). Esta experiência pessoal e antropológica nos permitiu revisitar as teorias antropológicas clássicas através da análise dos processos rituais, aqui recontado através do mito dos *orisás* para o reestabelecimento da saúde da iniciada que, segundo Lévi-Strauss (1975), evidencia a "pasticidade do mito" frente as necessidades fisiológicas e psicológicas que se confundem com as narrativas míticas impossibilitando ao iniciado separá-las.

Referências

DAMATTA, Roberto. Individualidade e Liminaridade: Considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. In: **"Conferência Castro Faria"**, proferida no Museu Nacional/UFRJ em 9 de agosto de 1999.

FRAVET-SAADA, Jeanne. *"Être Affecté"*. In: ***Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie***, 8, 1990, pp.1-9.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "A eficácia simbólica". In: **Antropologia Estrutural**, Rio de janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 215-236.

_____. "O feiticeiro e sua magia". In: **Antropologia Estrutural**, Rio de janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 193-213.

MAUSS, Marcel e HUBERT, Henri. Ensaio sobre a natureza e a função do sacrifício. In: **Ensaios de Sociologia**, São Paulo, Editora Perspectiva, 1981.

NADALINI, Ana Paula. Mitologia e práticas alimentares do povo de santo e Orixás. In: **IV Encontro Regional Sul de História Oral - Culturas Memórias e identidades**, Florianópolis: ABHO, 2007, p. 44-45.

OLIVEIRA, Cristina do N. Discursos do Sagrado: O uso estratégico da linguagem em praticas do Candomblé. In: **Anais**, XI CONLAB, UFBA, 2011.

RABELO, Miriam C. M. Religião, Ritual e Cura. In: **I Encontro Nacional de Antropologia Médica**. Salvador (BA), 1993, p.47-56.

SANSI, Roger. "Fazer o santo": dom, iniciação e historicidade nas religiões afro-brasileiras. In: **Análise Social**, vol. XLIV (1.º), 2009, p. 139-160.

SEGALEN, Martine. **Ritos e Rituais Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p.17-38.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VOGEL, A., MELLO, M. A. S., BARROS, J. F. P. **Galinha D'Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira [1946]**. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

UM DISCURSO SOBRE AS CIÊNCIAS[1]

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006,

Luiz Felipe Soares[2]

João Paulo de Azevedo Lima[3]

Introdução

Falar de modernidade quase sempre requer um referencial, pois o mesmo termo que nos remete a algo mais adiante também aponta para o passado sem deixar de ser um indicativo do momento atual.

Empiricamente, pode-se constatar este termo coloquialmente associado às coisas do futuro, em nossa sociedade ser moderno é estar à frente de seu tempo. Entretanto, o tempo histórico apresenta-nos como sendo o homem moderno, aquele cidadão inserido nos contextos de desenvolvimento tecnológico, científico, político-econômico, das transformações sociais que partem do Renascimento passando pelas revoluções burguesas, científica e culminam na sociedade capitalista industrial. Contudo, passado o momento mais eufórico do entusiasmo na modernidade, as contradições de tais progressos elevaram-se ao estado atual de conflitos, incertezas e dissoluções que caracterizam nosso tempo. Tempo este que ainda faz jus ao adjetivo: modernidade.

Sendo então uma constante nos tempos (passado, presente e futuro) e inserida em diferentes contextos (contextos estes conflitantes sob a forma de rompimentos, sobreposições e superações), o que seria a final esta tal Modernidade? Para os pós-modernos, o momento atual configura-se numa pós-modernidade e consideram (a partir desta

[1] O presente trabalho foi de iniciativa própria e autônoma dos autores.

[2] Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – felipesoarespt@hotmail.com

[3] Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – jp09.2@hotmail.com

perspectiva) que modernidade seria o momento e/ou o contexto para o qual estamos além e/ou em vias de superá-lo.

De este novo cenário ver-se a emergência de um novo paradigma que propõe uma visão do homem integrado as partes de uma "rede existencial" o qual também é parte integrante do mesmo e das demais partes. No entanto, alguns teóricos resistem ao prefixo "pós" e são adeptos do substantivo "modernidade" tal como este sempre foi designado.

Nesta nova arena de embates científicos (de ordem moderna e pós-moderna), Santos (2010) nos situa em um estado de transição no que tange ao fazer cientifico, este estágio que se inicia nas primeiras décadas do século passado com as descobertas da física quântica e que inicialmente constituíram um rombo no paradigma dominante da ciência moderna. Nesse sentido, é preciso, na atualidade, suscitar uma profunda discussão referente aos valores da ciência quando esta está em via de uma crise por fatores teóricos intrínsecos ao próprio arcabouço teórico-metodológico e referencial da ciência moderna.

O paradigma dominante da ciência moderna

O modelo de racionalidade da ciência moderna foi herdado, sobretudo, a partir da revolução científica do século XVI, este que foi quase total desenvolvido no âmbito das ciências naturais e posteriormente no século XIX estendido ao domínio das emergentes ciências sociais.

Este paradigma dominante (newtoniano-cartesiano) que visa obtenção do conhecimento verdadeiro através do empirismo rigoroso, terminou por se transformar num modelo totalitário, pois só são cabíveis ao seu domínio as abordagens teóricas e metodológicas pautadas intrinsecamente aos seus pressupostos epistemológicos. Essa perspectiva formulou tais características como: as dicotomias conhecimento científico/senso comum e natureza/humano. O filósofo Bacon (1979) entendia que a ciência deveria dominar a natureza através do método empírico indutivo e acreditava que estas especificidades científicas da ciência moderna deveriam superar os saberes aristotélicos e medievais.

As contribuições do método cartesiano se basearam no problema filosófico da dicotomia ideia/matéria; pois Descartes (2006) concebia a matéria como produto da ideia, isso em certa medida causou um lugar reservado de destaque à matemática, ou seja, as leis da

matemática precedem a observação. Nesse sentido, no contexto da ciência moderna, quantificar resulta em conhecer e conhecer significa dividir e classificar as partes (SANTOS, 2010).

Esse pragmatismo das partes desconectadas das demais se assemelha ao sistema de produção fordista no qual a atividade do operário, (tão especializado em sua função) não dialoga com os outros companheiros de trabalho (no que tange a técnica de trabalho), resultando disto um especialista alheio ao seu objeto.

No âmbito das ciências sociais, em meados do século XIX, se desenvolveram duas correntes distintas, a primeira tem como pressuposto principal Durkheim (1998) que acreditava que o correto era aplicar os princípios epistemológicos das ciências da natureza nas ciências sociais. A segunda que tem como expoente Weber (1992), estabeleceu um método próprio para as ciências sociais, este que exclusivamente deveria ser distinto do método das ciências da natureza.

A perspectiva da primeira corrente teórica metodológica entendia que apesar das diferenças de conteúdo entre as ciências naturais e sociais, estas últimas deveriam ser estudas como as primeiras, se aproximando com os critérios da biologia e da física. A segunda corrente teórica metodológica defendia um método próprio para as ciências sociais, pois não é possível explicar o comportamento humano pelas mesmas leis observáveis das ciências da natureza.

> A ciência social será sempre essa ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais; tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes das correntes nas ciências naturais. (SANTOS, 2010, p.38)

De certa maneira as duas correntes teóricas terminaram causando mais importância às ciências da natureza do que mesmo às ciências sociais. Porém, a perspectiva weberiana antipositivista se constitui como a gênese de uma ruptura com o paradigma dominante da ciência moderna.

A crise do paradigma dominante da ciência moderna

Boaventura de Sousa Santos atribui uma série de condições teóricas e sociais para a crise do paradigma dominante da ciência moderna. São quatro condições de caráter teórico: a teoria da relatividade de Einstein; a mecânica quântica; a crítica ao rigorismo matemático e o avanço nas áreas da microfísica, química e biologia.

A primeira condição teórica é a teoria da relatividade de Einstein que se refere à relatividade da simultaneidade de acontecimentos (as leis da geometria e da física são relativas quanto a um local).

> Esta teoria veio revolucionar as nossas concepções de espaço e de tempo. Não havendo simultaneidade universal, o tempo e o espaço absolutos deixam de existir. Dois acontecimentos simultâneos num sistema de referência não são simultâneos noutro sistema de referência. (SANTOS, 2010, p. 42-43)

A partir de então, os processos se tornam relativos, vindo a refutar o modelo dominante racional do paradigma da ciência moderna que pressupõe que a ordem é estável.

A mecânica quântica (o princípio da incerteza de Heisenberg e a teoria de Bohr) que configura a segunda condição teórica para a crise do paradigma dominante da ciência moderna tem como contribuição a abordagem sujeito e objeto, o sujeito ao interferir no objeto. Os avanços da mecânica quântica mostram que não é possível deixa de interferir no objeto "a tal ponto que o objecto que sai de um processo de medição não é o mesmo que lá entrou" (SANTOS, 2010, p. 43).

A abordagem do paradigma emergente no tocante a relação do sujeito com objeto opõe-se ao paradigma dominante que tem como proposta o distanciamento, a não interferência no objeto. Na edificação do novo paradigma há uma relação de reciprocidade entre o sujeito e objeto, o sujeito é uma extensão do objeto. Para Santos (2010) a pesquisa deve estar comprometida em estudar o objeto diretamente, estudando assim, o sujeito indiretamente.

O questionamento do rigor da matemática que constitui a terceira condição teórica remete às investigações de Gödel que desconstrói noção de exatidão. Então, sendo possível formular proposições indecidíveis até mesmo à ciência matemática.

> O rigor da medição posto em causa pela mecânica quântica será ainda mais profundamente abalado se se questionar o rigor do veículo formal em que a medição é expressa, ou seja, o rigor da matemática. É isso o que sucede com as investigações do Gödel e que por essa razão considero a terceira condição de crise do paradigma dominante. (SANTOS, 2010, p.45)

O paradigma dominante da ciência moderna sustenta que quantificar é conhecer, Santos (2010) alega que o paradigma emergente se constitui como uma crítica a esse rigorismo como regra irrefutável.

A quarta condição teórica no que tange a crise do paradigma dominante se constrói pelo avanço do conhecimento nas áreas da microfísica, da química e da biologia. Foram as análises investigativas do físico-químico Ilya Prigogine que formulou a teoria das estruturas dissipativas e o princípio da ordem através de flutuações.

> Estabelecem que em sistemas abertos, ou seja, em sistemas que determinados momentos, nunca inteiramente previsíveis, desencadeiam espontaneamente reações que, por via dos mecanismos não-lineares, pressionam o sistema para além de um limite máximo de instabilidade e o conduzem a um novo estado macroscópico. (SANTOS, 2010, p.47)

Esta condição é fundamental em relação a todo processo de crise para emergência do novo paradigma, pois Santos (2010) explicita que a transdisciplinaridade e interdisciplinaridade possibilitaram um movimento de convergência entre as ciências naturais e sociais que assim constituiu o paradigma da auto-organização como designou Jantsch[4].

Na perspectiva de Santos (2010) as condições sociais visam a refletir as conjunturas política, econômica e social, pois grande parte do fazer científico está concentrado nos países centro de decisões políticas e socioeconômicas e nesse sentido "ciência e tecnologia têm vindo a revelar-se as duas faces de um processo histórico em que os interesses militares e econômicos vão convergindo até quase à indistinção" (SANTOS, 2010, p. 57).

[4] Ver mais sobre Jantsch. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Erich_Jantsch

As condições teóricas e sociais visam por consequências a construírem um novo paradigma, um paradigma científico reformulado (conhecimento prudente) e um paradigma de cunho social (conhecimento para uma vida decente).

O Paradigma Emergente

São quatro possibilidades para emergência do paradigma da ciência pós-moderna: a primeira possibilidade se intitula "todo conhecimento científico-natural é científico social" assim, deixa de ter utilidade à distinção e afastamento entre ciências naturais e ciências sociais. Porém, Santos (2010) ressalva que são as ciências naturais que devem ser estudadas a partir dos parâmetros das ciências sociais, pois o avanço das ciências naturais constituíram especificidades que são próprias das ciências sociais pautadas no comportamento humano e nas relações sociais.

> Em resumo, à medida que as ciência naturais se aproximam das ciências sociais estas aproximam-se das humanidades [...] A superação da dicotomia ciências naturais/ciências sociais tende assim a revalorizar os estudos humanísticos. Mas esta revalorização não ocorrerá sem que as humanidades sejam, elas também profundamente transformadas (SANTOS, 2010, p. 69-70).

A segunda possibilidade para emergência do novo paradigma se nomeia "todo conhecimento local é total", Santos (2010) propõe que ao estudar e pesquisar um objeto se deve partir de uma perspectiva multidisciplinar, ou seja, o objeto proposto ao estudo ou pesquisa deve ser analisado sob o olhar de diversos campos teórico-metodológicos.

> A ciência pós-moderna não segue um estilo unidimensional, facilmente identificável; o seu estilo é uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista. A tolerância discursiva é outro lado da pluralidade metodológica. Na fase de transição em nos encontramos são já visíveis fortes sinais deste processo de fusão de estilos, de interpretações entre cânones da escrita. (SANTOS, 2010, p. 78-79)

A terceira possibilidade designada como "todo conhecimento é autoconhecimento" propõe a superação do modelo da ciência moderna no que tange a relação de separação sujeito e objeto que dominou principalmente no campo das ciências naturais. Esta separação também se apresentou no campo das ciências sociais, Santos (2010) exemplifica com a antropologia, em que o antropólogo se apresentava como o europeu civilizado e o objeto a ser estudado era o povo primitivo e que tal pesquisador deveria sempre se manter distante/afastado do seu objeto de pesquisa.

No paradigma emergente se edifica uma prática científica em que "parafraseando Clausewitz, podemos afirmar hoje que o objeto é a continuação do sujeito por outros meios" (SANTOS, 2010, p.83). Esta prática de reconhecer a interferência do sujeito no objeto, ou então, a relação de ambos, não se caracteriza apenas no desenvolvimento da ciência social, iniciada principalmente por Max Weber, a própria física quântica reconhece a interferência do sujeito no objeto. As análises em laboratórios constatam que os eventos quânticos (exemplo: lançamento de elétrons em direção a uma placa receptora) têm um comportamento diferenciado na presença de um observador. Então, deixa de ter sentido a objetividade cientifica que propõe a neutralidade e a possibilidade de não interferência do sujeito no objeto.

A quarta e última possibilidade para emergência do novo paradigma característico da ciência pós-moderna é chamada de "todo conhecimento científico visa a constituir-se em novo senso comum", esta possibilidade visa uma reaproximação do conhecimento científico com o senso comum, Santos (2010) propõe que a ciência deve "sensocomunizar-se". A característica do senso comum para a ciência moderna foi pejorativo, de afastamento, repugnante e no construir da ciência pós-moderna visa-se aproximar certos valores da vida cotidiana ao conhecimento científico e isso consequentemente acarreta uma reorientação no modo de viver.

> A ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida (SANTOS, 2010, p.91).

Considerações Finais

A problemática da ineficiência do paradigma dominante da ciência moderna como um parâmetro para compreender as realidades não apenas se situa no plano teórico e metodológico. Neste contexto, para o cientista no seu cotidiano e no seu fazer científico também vem a ser um desafio abordar o objeto sobre a perspectiva pós-moderna de ciência.

Estas discussões no seio da epistemologia da ciência causadas pelo desenvolvimento da física quântica e das ciências sociais suscitam uma profunda e necessária reflexão do modo de como fazemos ciência. Tanto no plano teórico como no direcionamento prático do conhecimento, no sentido de ajustar a ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento dos povos que mais necessitam de solidariedade.

Ainda, se torna essencial o desenvolvimento de uma consciência ecológica, esta situada no novo paradigma, com um efeito de suscitar uma nova ética que conduza as sociedades a interpretarem a natureza como parte de um cosmo integrado a espécie humana, reorientando a maneira de como as sociedades manejam os recursos naturais. Pois, "a superpopulação e a tecnologia industrial têm contribuído de várias maneiras para uma rápida degradação do meio ambiente natural" (CAPRA, 2000, p.14).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACON, F. **Novum Organum - Nova Atlântida**. Tradução José Aluysio Reis de Andrade. 2° Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2000.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, 2006.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 7ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. 7° Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**, parte 1 e 2. São Paulo: Cortez; Campinas: EDUNICAMP, 1992.